

The background of the page features a close-up of the Portuguese flag on the left, with its green and red vertical stripes and the national coat of arms. To the right, a coastal city is visible across a body of water under a clear blue sky.

GOVERNAÇÃO

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA B
GOVERNAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1101

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s)

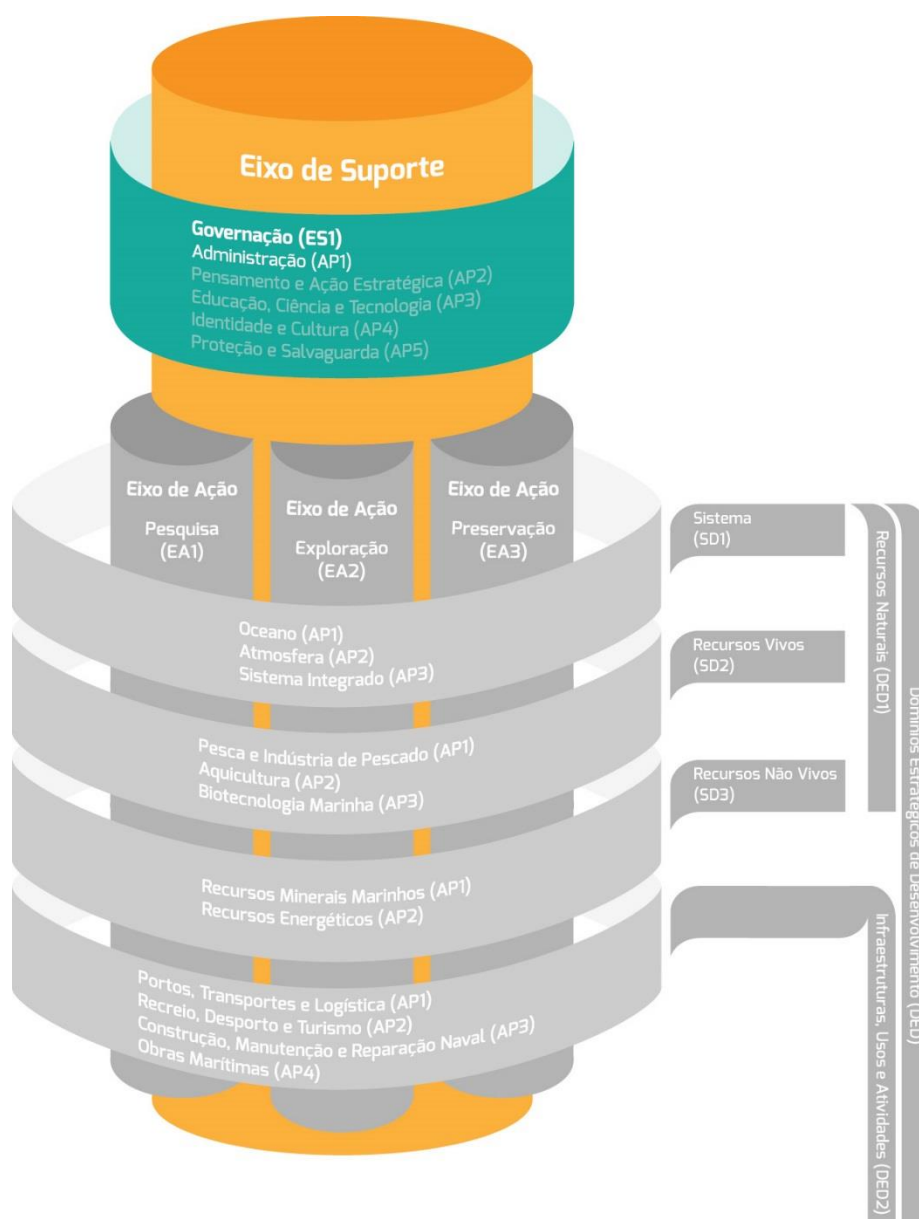
1 - Ação legisladora e regulamentar simplificadora dos procedimentos e orientada para servir os cidadãos.

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Estrutura Orgânica

Reforma da Administração



Programa de Ação

Estrutura Orgânica

P1101001 – Reforma da Administração

Objetivos

Promover a integração das políticas públicas do mar, e dos respectivos instrumentos de gestão, através do desenvolvimento de processos colaborativos de trabalho entre as instituições envolvidas, consolidando uma cultura organizacional do Mar, intersectorial e multidisciplinar.

Entidade Coordenadora

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Justiça (MJ)
- Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades:

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Assegurar coordenação da ação a eficácia na resposta;
- Promover eficiência nos processos de consulta entre entidades.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1101-P1101001

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #1

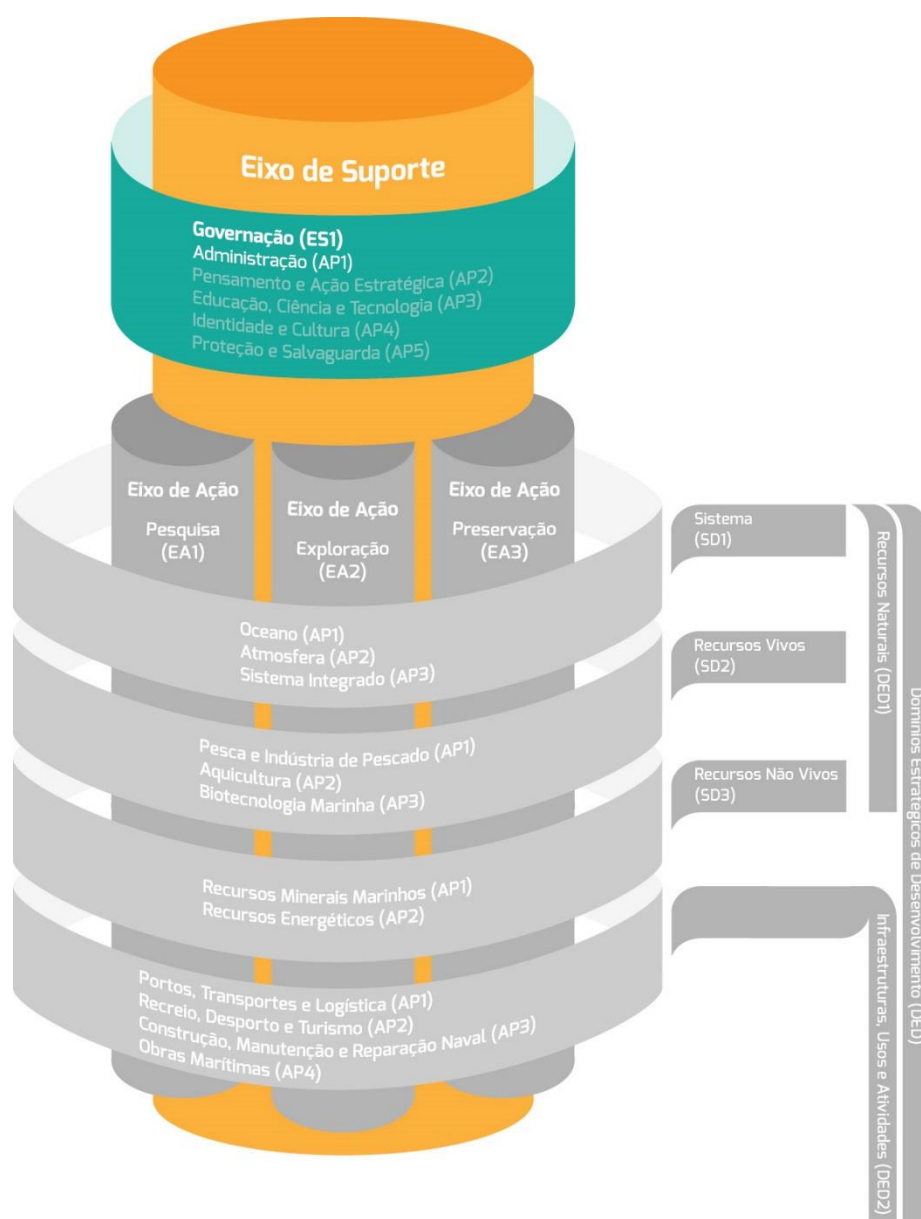
PA – Reforma da Administração

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Estrutura Orgânica

Reforma da Administração



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Reforma da Administração

Objetivos

Garantir o acompanhamento da estratégia de atuação nacional e internacional dos diversos serviços e organismos no âmbito do Mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Identificação dos processos internacionais em curso em que o enfoque seja o mar, ou em que o mar também seja uma área de análise, e identificação do ponto focal que acompanha o processo;
2. Identificar para cada processo o grupo de análise para consolidação da posição nacional e as implicações com outros processos em curso;
3. Em cada processo efectuar o ponto de situação dos trabalhos internacionais e nacionais e da posição Nacional;
4. Enquadrar cada um dos processos na Estratégia Nacional para o Mar;
5. Consolidar a posição Nacional fundamentada nas matérias relacionadas com o Mar, sempre que tal seja necessário.

Resultados Esperados

- Relatório de Diagnóstico (processos em curso, atores nacionais, breve ponto situação dos trabalhos, trabalhos futuros e posição Nacional);
- Relatório anual a ser apresentado na última reunião CIAM de cada ano.

Calendarização

2013:

Relatório de Diagnóstico

2013-2020:

Relatório anual para apresentar na última reunião CIAM

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1102

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s):

#1 - Ação legisladora e regulamentar simplificadora dos procedimentos e orientada para servir os cidadãos.

#2 - Ordenamento do espaço marítimo como base para a gestão estratégica e promotora dos usos e atividades.

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

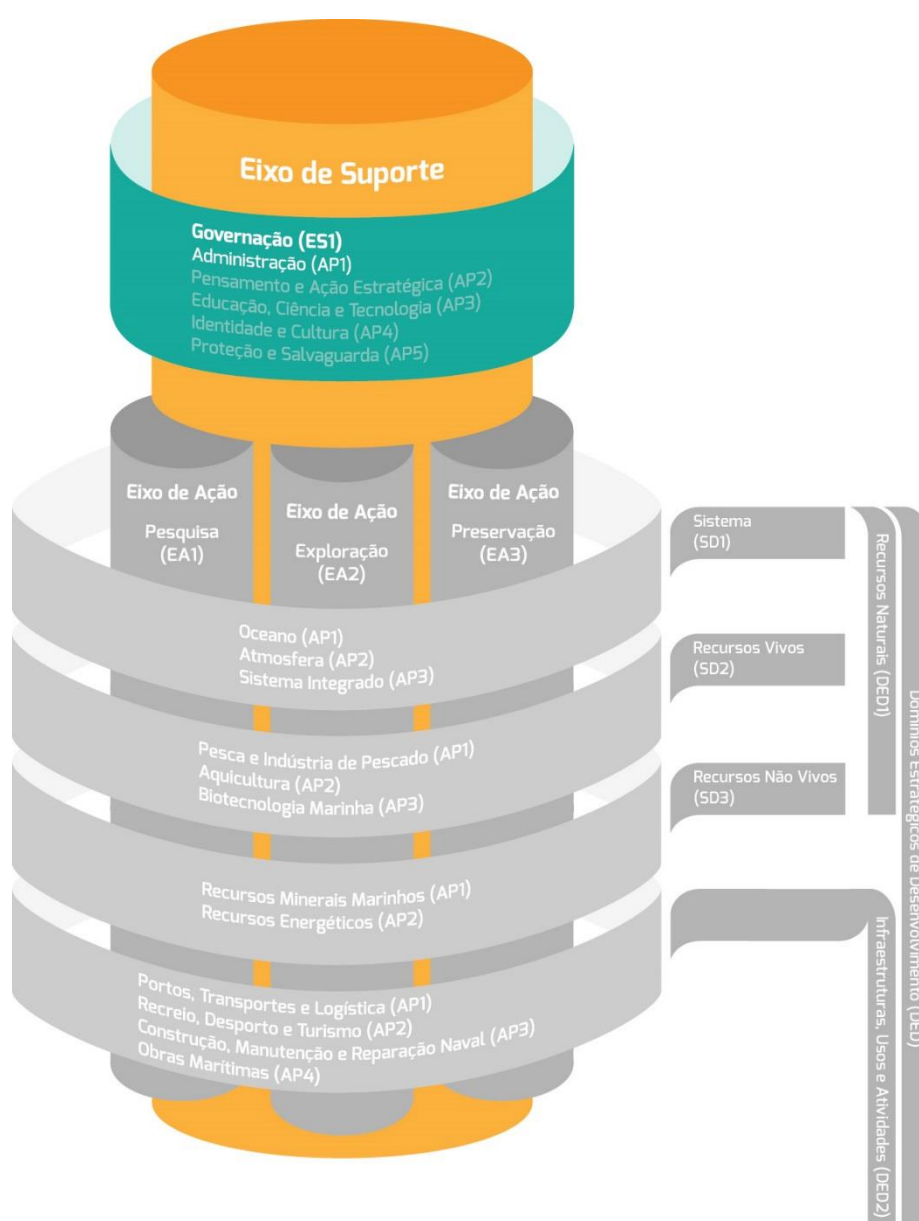
Simplificação e Modernização Administrativa

Regulação, Regulamentação e Licenciamento

Registo de Navios

Regulamento da Náutica de Recreio

Regulamento de Inscrição Marítima



Programa de Ação

Simplificação Administrativa

P1102002 – Regulação, Regulamentação e Licenciamento
P1102004 – Registo de Navios
P1102005 – Regulamento da Náutica de Recreio
P1102006 – Regulamento de Inscrição Marítima

Objetivos

Promover a integração das políticas públicas do mar, e dos instrumentos dos respectivos instrumentos de gestão, através da agilização estrutural e regulamentar e da simplificação processual, envolvendo múltiplas instituições com competências próprias em razão da matéria.

Entidade Coordenadora

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Justiça (MJ)

Ministério da Economia (ME)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)
- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)
- Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM)
- Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM)
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Relatório com o diagnóstico da situação de referência;
- Lei de Bases da política de ordenamento e de gestão espacial do espaço marítimo;
- Regime jurídico para os bens do domínio público do espaço marítimo;
- Regime económico e financeiro para o espaço marítimo;
- Reduzir o tempo de aprovação de projetos de aquicultura, tornar o processo mais transparente e mais atrativo para o investimento;
- Disponibilizar, em tempo real, ao promotor a informação sobre a evolução do processo;
- Aumentar os índices de satisfação do cliente final.

Calendarização

2013-2014

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1102-P1102002

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #1, #2

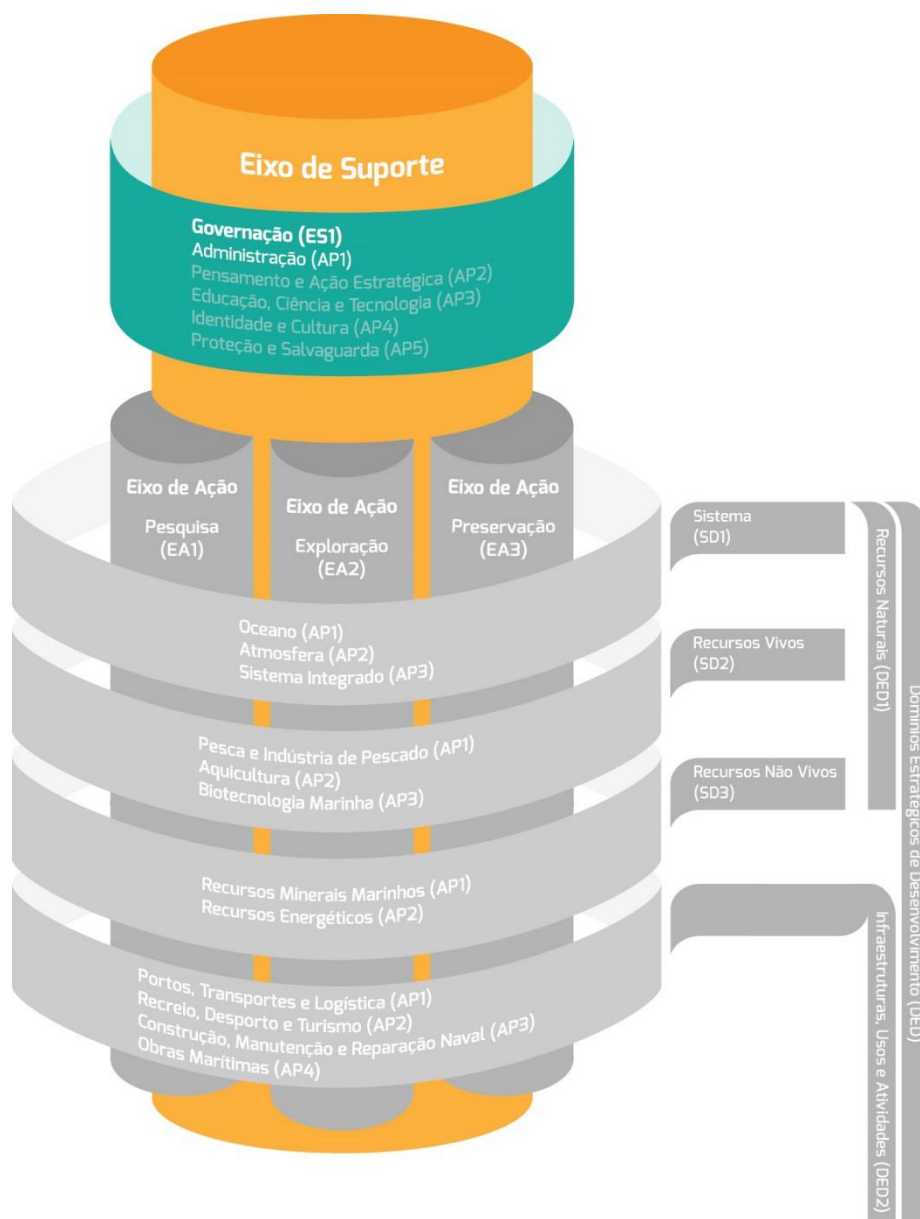
PA – Simplificação e Modernização Administrativa

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Simplificação e Modernização Administrativa

Regulação, Regulamentação e Licenciamento



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Regulação, Regulamentação e Licenciamento

Objetivos

- Promover a clarificação da componente processual e administrativa dos licenciamentos para as atividades económicas atuais e emergentes, adotando o princípio do balcão único e privilegiando a existência de um interlocutor para todas as fases do processo de licenciamento, bem como na fase de instalação e exploração (monitorização e controlo).
- Assegurar a simplificação administrativa, e a implementação de novos instrumentos de relacionamento com os cidadãos e as empresas, no que respeita às atividades económicas ligadas ao mar, visando reduzir os seus custos de contexto, no que às suas responsabilidades de ligação com os diversos sectores do Estado diz respeito.
- Estabelecer uma base comum de entendimento que permita, no quadro dos diferentes poderes do Estado, e dos respetivos domínios, entidades e competências, criar uma nova moldura legal que permita dar coerência, eficiência e eficácia ao licenciamento no espaço marítimo;
- Estabelecer um novo quadro jurídico da gestão dos bens do domínio público no espaço marítimo e o licenciamento das atividades que ali se desenvolvam, como elemento essencial não apenas à regulação e à titulação da utilização daqueles bens, mas, também, para estabelecer o modelo para a atribuição dos usos e atividades no espaço marítimo.

Desenvolvimento: É essencial que o ordenamento do espaço marítimo (especialização de actividades e usos) ofereça uma segurança jurídica porque contribui para a clarificação dos processos, tornando mais transparente e rápido o licenciamento de atividades no mar garantindo condições favoráveis ao investimento no Mar-Portugal. A criação do balcão único, no qual o proponente passará a interagir com um gestor de projeto, permitirá que este funcione como o único interlocutor em todas as fases do procedimento de licenciamento e acompanhamento da fase de exploração, uma lógica de “um projeto = uma licença”. Pretende-se, assim, evitar que o interessado tenha de obter as licenças necessárias separadamente (a atribuição do título de utilização dos recursos hídricos, a declaração de impacte ambiental (quando exigível), a conformidade com os instrumentos de gestão territorial - licença municipal (quando existem infraestruturas complementares em terra) compatibilidade com o regime da REN e a licença de instalação e de exploração, junto de cada uma das entidades competentes envolvidas).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Definição do Espaço Marítimo e limites;
2. Identificação dos poderes do Estado no espaço marítimo nas suas diferentes áreas;
3. Definição dos conceitos e utilizações respeitantes ao espaço marítimo;
4. Identificação das entidades competentes no quadro do licenciamento do espaço marítimo e respectivo âmbito de intervenção, em razão da matéria e do território;
5. Identificação e caracterização das situações pendentes das atividades de utilização do espaço marítimo
6. Identificação de instrumentos legais a alterar, em concreto, numa perspetiva de clarificação e integração dos regimes jurídicos aplicáveis às utilizações e das competências das diversas entidades;
7. Definição do regime jurídico da gestão do espaço marítimo aplicável aos usos e atividades, definindo os diversos tipos de utilizações e respetivos títulos que as habilitam;
8. Definição do regime económico-financeiro aplicável às utilizações do espaço marítimo;
9. Estabelecimento de Lei de Bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo;
10. Definição de um fluxograma integrador do processo de licenciamento das atividades no espaço marítimo;
11. Desenvolver um projeto piloto e avaliar as condições necessárias para o desenvolvimento de uma plataforma informática única entre as várias entidades intervenientes no licenciamento (poder-se-á beneficiar da experiência da APA no âmbito do SiLiAmb);
12. Analisar a eventual necessidade de alteração do quadro legal em vigor, definindo as respetivas diretrizes, e iniciar os procedimentos necessários à sua alteração.

Resultados Esperados

- Revisão legislativa adequada à clarificação de competências, bem como dos procedimentos legais e administrativos, necessários às medidas de simplificação e modernização preconizadas.
- Lei de Bases da política de ordenamento e de gestão espacial do espaço marítimo;
- Regime jurídico para os bens do domínio público do espaço marítimo;
- Regime económico e financeiro para o espaço marítimo;
- Redução dos tempos de relacionamento com a administração, tornando os processos mais transparentes e harmonizando os procedimentos a nível nacional,
- Simplificação administrativa e redução dos custos de contexto para as empresas
- Criar a figura de “Balcão Único” para as principais atividades no espaço marítimo;
- Disponibilização, em tempo real, ao promotor a informação sobre a evolução do processo;
- Aumento os índices de satisfação do cliente final.

Calendarização

2013–2014

Tarefas 1,2,3,4,5,6,7 e 8

2014

Tarefas 9, 10 e 11

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

Financiamento Comunitário:

Modernização Administrativa, Fundos Operacionais do Mar, e Programas Operacionais Regionais

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1102-P1102004

Eixo de Suporte – ES 1 GOVERNAÇÃO

AP - Administração

Efeito(s) - # 1 – Ação legisladora e regulamentar simplificadora dos procedimentos e orientada para servir os cidadãos

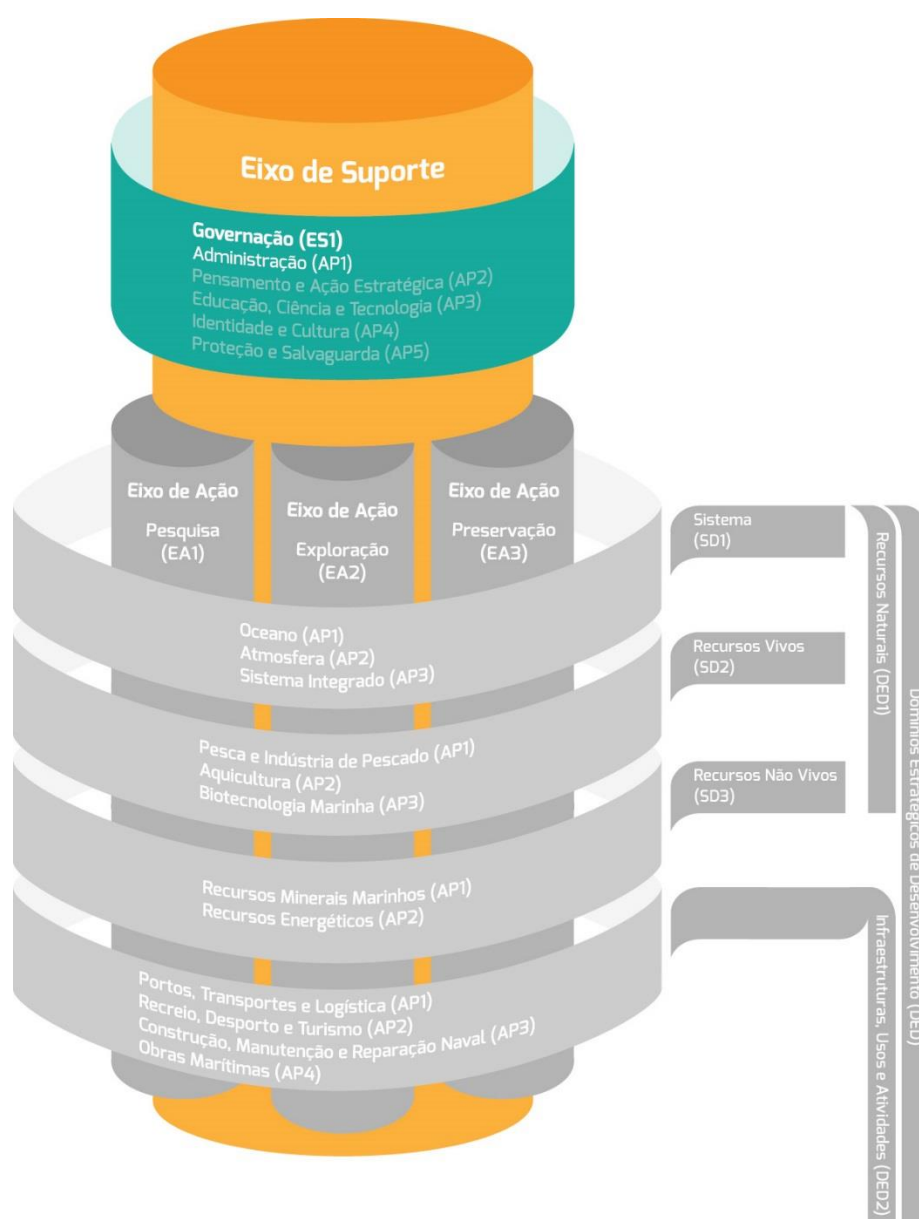
PA – Simplificação e Modernização Administrativa

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Simplificação e Modernização Administrativa

Registo de Navios



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Registo de Navios

Objetivos

- Assegurar as obrigações nacionais e internacionais relativas ao Estado de Bandeira no que respeita ao Registo de Navios e à Certificação do Pessoal Marítimo.
- Promover a frota dos armadores nacionais e a atratividade para os armadores internacionais que utilizam o Registo Internacional de Navios da Madeira (MAR), através da oferta de um conjunto de serviços a custos competitivos a nível internacional e a introdução de processos de melhoria de qualidade que possam satisfazer os armadores.
- Promoção da economia Regional através da criação de empresas prestadores de serviços especializados e de postos de trabalho local.
- Contribuir para o reforço do sistema de educação e formação do pessoal marítimo, bem como para a incorporação de atividades ligadas à investigação científica e tecnológica e à inovação, designadamente, na área das TIC marítimas, entre outras.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Justiça

Ministério das Finanças

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM)
- Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM)

Tarefas

1. Aperfeiçoamento a capacidade da Comissão Técnica do MAR, através de uma delegação mais alargada de competências, permitindo deste modo agir em proximidade e com maior qualidade e eficácia de resposta;
2. Desenvolvimento do conjunto de medidas relativas aos serviços externos que possam contribuir para a melhoria da qualidade, competitividade e atratividade do MAR;
3. Promoção de complementaridade que podem decorrer das medidas de simplificação levadas a cabo por parte da Administração Marítima;
4. Transposição completa do normativo comunitário para a ordem jurídica portuguesa;
5. Desenvolvimento da matriz de simplificação dos processos tendo por base um cenário exigente de desafio à Administração Marítima, perante agentes privados prestadores de serviços com cobertura global;
6. Capacitação da Administração Marítima com uma Plataforma Eletrónica para armazenamento dos dados do Registo e disponibilização de e-services de apoio, a utilizar de forma integrada com os operadores externos;
7. Desenvolver o modelo funcional e a respetiva organização estrutural, refletindo o reforço das atividades de supervisão e controlo por parte da Administração Marítima e a delegação de tarefas em operadores externos, debaixo de supervisão e controlo;
8. Elaborar e promulgar manuais de procedimentos de suporte à integração de agentes externos prestadores de serviços/tarefas;
9. Efetuar um estudo de impacto económico e na reforma do Estado, refletindo os cenários prospetivos, a simplificação administrativa, a adaptação de um modelo de taxas mais competitivo, a criação de empresas e postos de trabalho especializados no cluster do mar para apoio ao Registo, e as receitas esperadas para o Estado, decorrentes da coleta de IRS e IRC;
10. Estabelecer modelo de cooperação nos planos da educação e formação do pessoal marítimo com os armadores que utilizam o MAR, bem como no plano da investigação e inovação das TIC marítimas.

Resultados Esperados

- Promover um serviço de Registo de Navios de qualidade, competitivo e inovador;
- Desenvolver e-serviços de suporte em plataforma integrada;
- Expandir a rede dos serviços do MAR à escala global;
- Aumentar a tonelagem da frota registada sob Bandeira Portuguesa, aumentando o seu peso internacional, nomeadamente junto da IMO;
- Reforçar o cluster do mar, com contrapartidas no plano da educação, formação profissional e investigação e inovação tecnológica.

Calendarização

2013-2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de modernização por parte das Instituições envolvidas

Financiamento Comunitário:

Modernização Administrativa, Fundos Operacionais do Mar, e Programas Operacionais Regionais

Investimento Privado

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s)

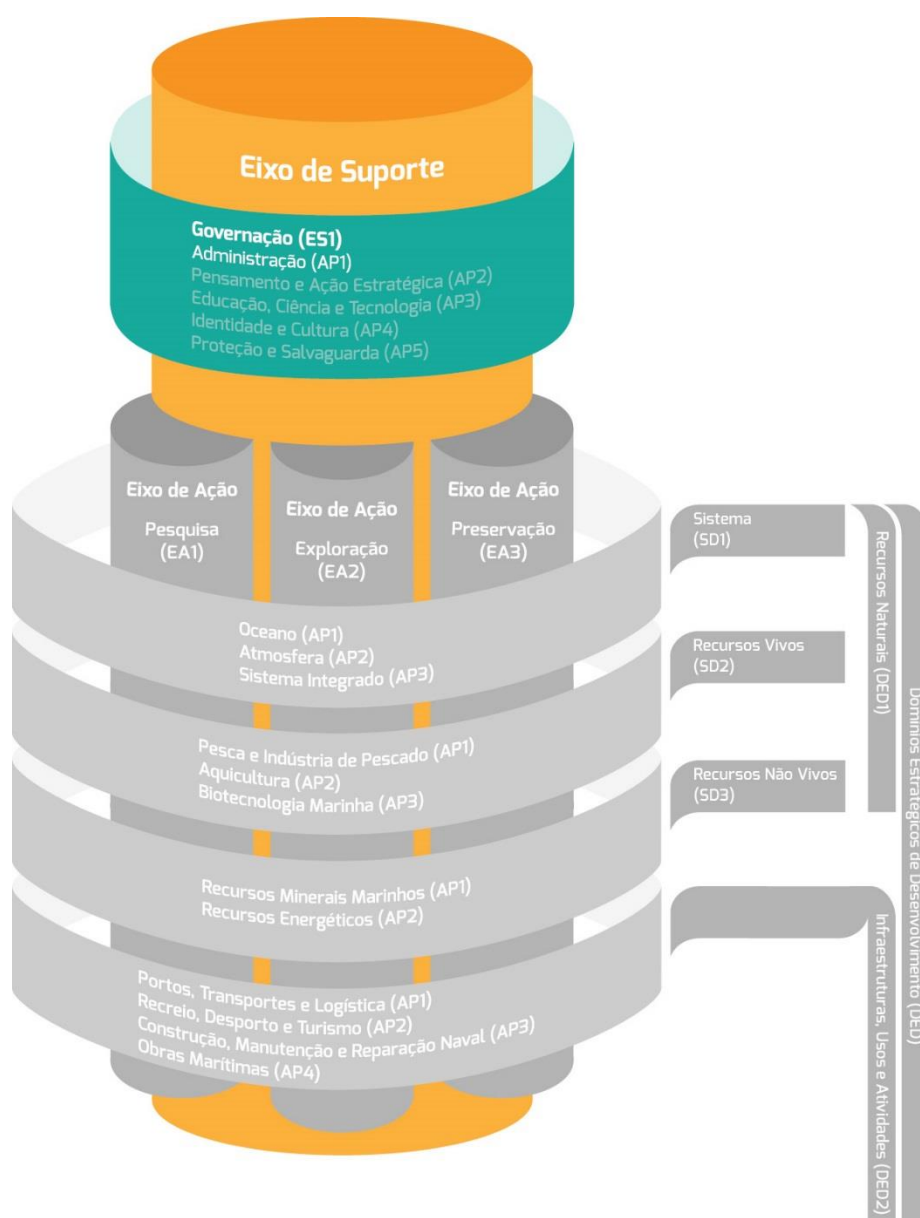
#4 – Monitorização e promoção da competitividade e internacionalização da economia do mar

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção das Atividades e Competitividade

Competitividade e Internacionalização
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (2014-2020)
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Cooperação Territorial / Bacia do Atlântico
Horizonte 2020
Financiamento Privado
Mecanismo de Governação e Planeamento Conjunto



Programa de Ação

Promoção de Atividades e Competitividade

P1103007 - Competitividade e Internacionalização
P1103008 - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (2014-2020)
P1103009 - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)
P1103010 - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Cooperação Territorial/Bacia do Atlântico
P1103011 - Horizonte 2020
P1103012 - Financiamento Privado
P1103013 - Mecanismo de Governação e Planeamento Conjunto

Objetivos

- Promover a competitividade e a internacionalização das atividades da economia do mar
- Dinamizar a execução da Política Comum das Pescas e a Política Marítima Integrada
- Garantir uma visão integrada das atividades ligadas ao mar na preparação dos programas operacionais relativos aos fundos da coesão para 2014-2020
- Potenciar um papel de relevo para Portugal na aplicação dos fundos para a cooperação territorial
- Potenciar a investigação e a inovação nas atividades ligadas ao mar através do Horizonte 2020
- Mobilizar o interesse das instituições de financiamento privado para a economia do mar
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação.

Desenvolvimento: Acompanhamento permanente dos instrumentos de financiamento disponíveis para apoio a projetos da economia do mar, incluindo fundos comunitários e financiamentos privados. Tratamento da informação para divulgação expedita e simplificada aos promotores, incluindo a elaboração de um “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” / manual do investidor (1. Os financiamentos disponíveis; 2. Como aceder; 3. Onde aceder; 4. Quando aceder) a disponibilizar online e de atualização permanente.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional (SEAEDR)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Economia (ME)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Observatório do QREN
- Comunidades Intermunicipais (CIMS)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Apoio Técnico do PROMAR;
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- DOCAPESCA
- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (GPP)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades:

- Forum Empresarial para a Economia do Mar (FEEM)
- Oceano XXI
- Entidades bancárias e outras instituições de financiamento
- Entidades gestoras dos futuros Programas Operacionais regionais e temáticos
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projectos

Resultados Esperados

Apoiar a execução de medidas que visem alcançar os objetivos da Política Comum das Pescas (PCP) e da Política Marítima Integrada (PMI)

Apoiar a promoção de projetos que contribuam para os efeitos da Estratégia Nacional para o Mar através de todos os fundos comunitários previstos para o período 2014-2020

Promover o financiamento privado na economia do mar

Calendarização

2014-2020

Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos europeus, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

FEAMP, FEEL, Horizonte 2020

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103007

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

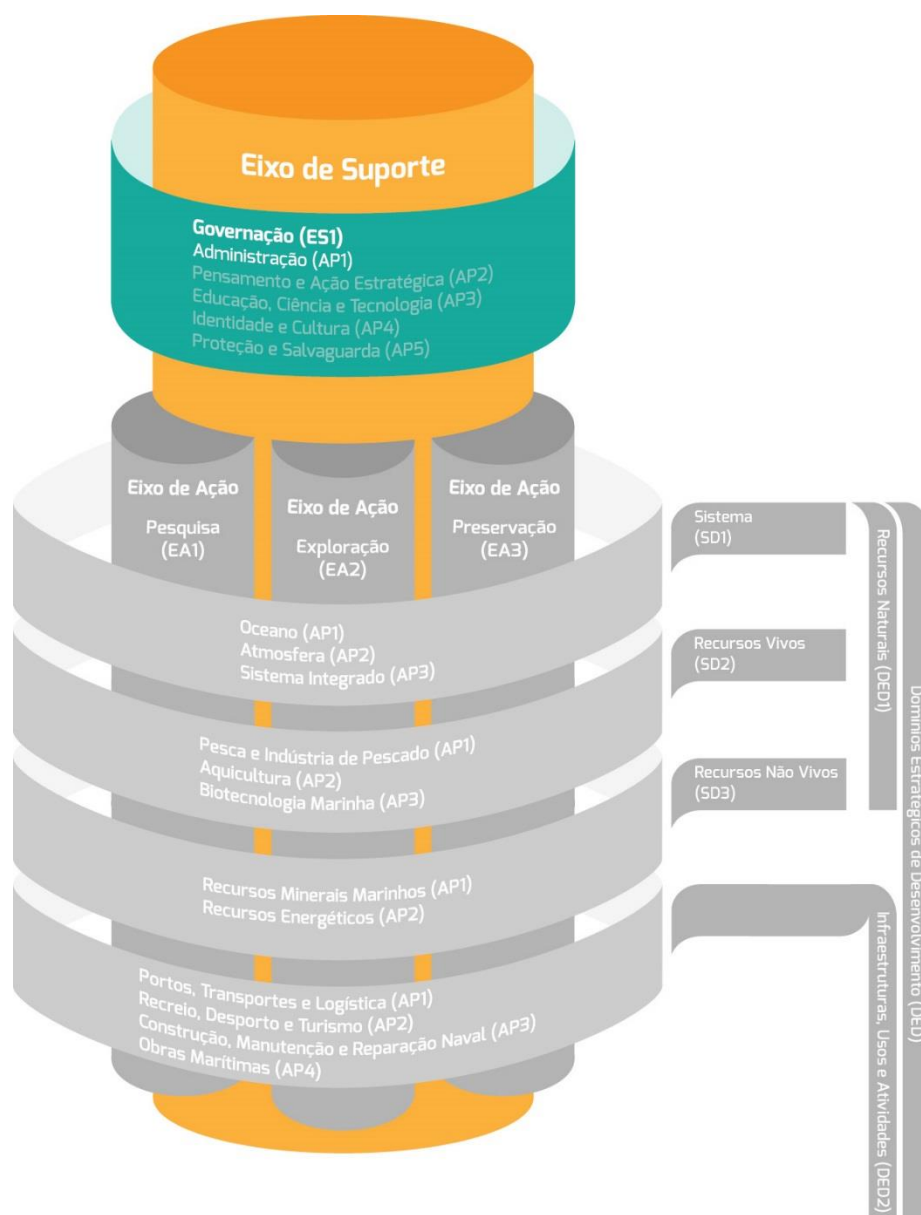
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Competitividade e Internacionalização



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Competitividade e Internacionalização

Objetivos

- Análise da competitividade e internacionalização da economia do mar, para suporte à tomada de decisão no contexto da Estratégia Nacional para o Mar;
- Produção de informação estatística e outra, de apoio à CIAM, no âmbito da competitividade e internacionalização da economia do mar em Portugal;
- Apoio ao desenvolvimento de material informativo, com enfoque nas especificidades da economia do mar em Portugal, para suporte aos agentes económicos interessados em investir ou em importar produtos e serviços nacionais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa:

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)

Ministério da Economia (ME)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) (coordenação)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Equipa a ser consultada, sempre que se justificar:

Ministério da Economia (ME)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- DOCAPESCA

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- OCEANO XXI
- Fórum Empresarial da Economia do Mar
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Compilação e análise de informação estatística, ou outra, de enquadramento económico dos sectores da economia do mar, complementada com informação de carácter estratégico e prospetivo;
2. Identificação e sistematização das especificidades relevantes ao ambiente de investimento na economia do mar em Portugal;
3. Identificação de oportunidades de investimento em Portugal ou de exportação para os produtos e serviços portugueses no contexto da economia do mar;
4. Alinhamento com a agenda da AICEP com vista ao apoio a esta Agência no domínio marítimo e na sua acção de “promover a internacionalização das empresas portuguesas e apoiar a sua atividade exportadora, captar investimento estruturante e promover a imagem de Portugal com iniciativas criadoras de valor para o nosso país”.

Resultados Esperados

- Notas técnicas de suporte à ação da AICEP no contexto da economia do mar;
- Notas técnicas de suporte à CIAM;
- Fichas sectoriais, ou outros materiais de divulgação, com informação de caracterização económica, incluindo a componente internacional

Calendarização

2013 e anos subsequentes

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

A serem identificadas, caso a caso, pela equipa sempre que se revele necessário, para além dos inerentes custos de funcionamento das instituições envolvidas.

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103008

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

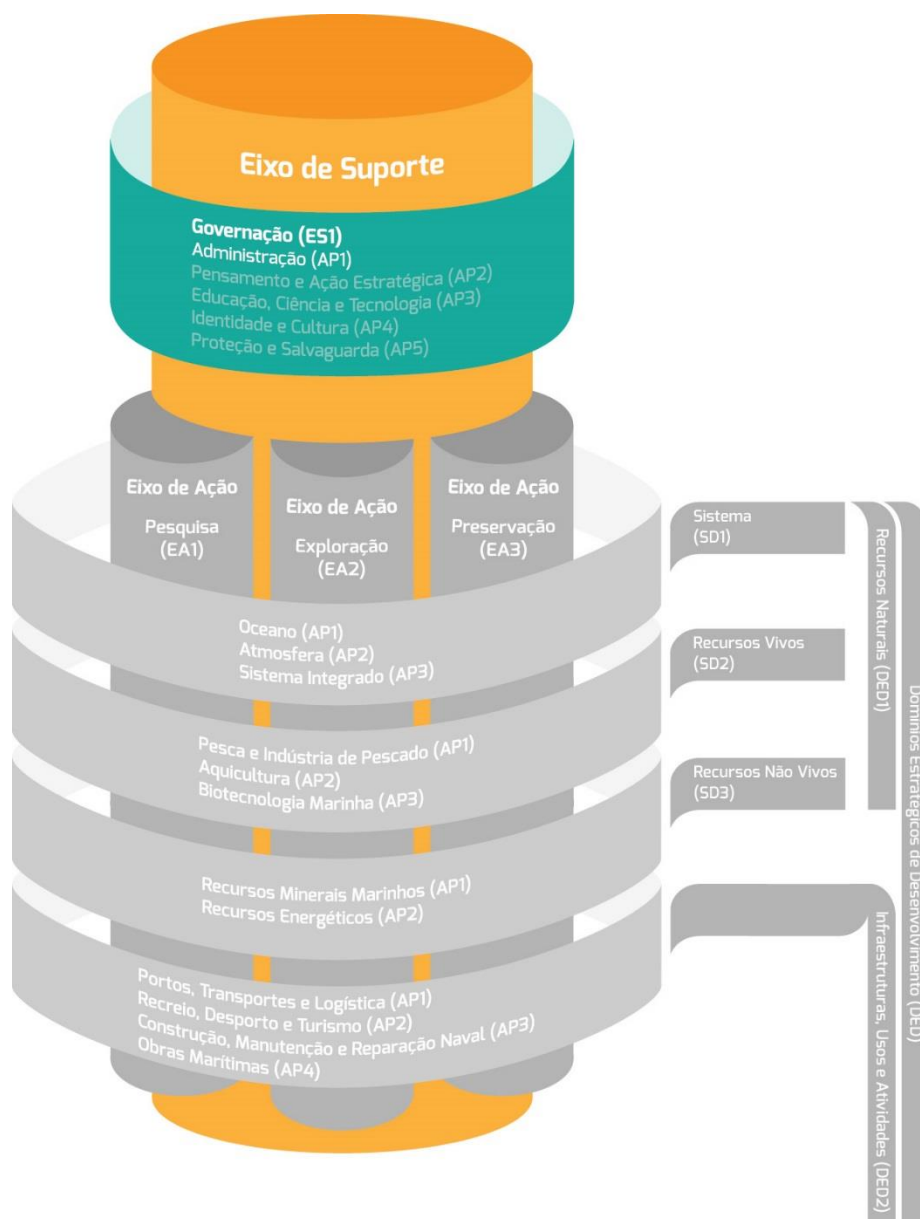
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (2014-2020)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Objetivos

- Promover uma pesca e uma aquicultura competitivas, economicamente viáveis, social e ambientalmente sustentáveis;
- Dinamizar a execução da Política Comum das Pescas, fomentando o conhecimento científico e a recolha de dados bem como o controlo reforçando a capacidade institucional e a eficiência da administração;
- Promover um desenvolvimento sustentável das zonas de pesca;
- Fomentar o desenvolvimento e a execução da Política Marítima Integrada (PMI) da UE, em complementaridade com a política de coesão e a política das pescas;
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação.

Desenvolvimento: O FEAMP é o instrumento financeiro destinado a apoiar a execução da nova Política Comum das Pescas (PCP), incluindo a Organização Comum de Mercado (OCM), as compensações às RUP, o Controlo e Vigilância das Pescas e a Recolha de Dados, bem como dinamizar a Política Marítima Integrada (PMI), nomeadamente no que respeita à vigilância marítima integrada, à proteção do meio marinho e da biodiversidade e à execução das medidas previstas na Diretiva-Quadro Estratégia Marinha.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – Coordenação
- Estrutura de Apoio Técnico do PROMAR;
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades Participantes – a envolver sempre que se justifique

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (GPP)

Resultados Esperados

Apoiar a execução de medidas que visem alcançar os objetivos da Política Comum das Pescas (PCP) e da Política Marítima Integrada (PMI)

Calendarização

2014-2020

Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos europeus, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

FEAMP

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103009

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

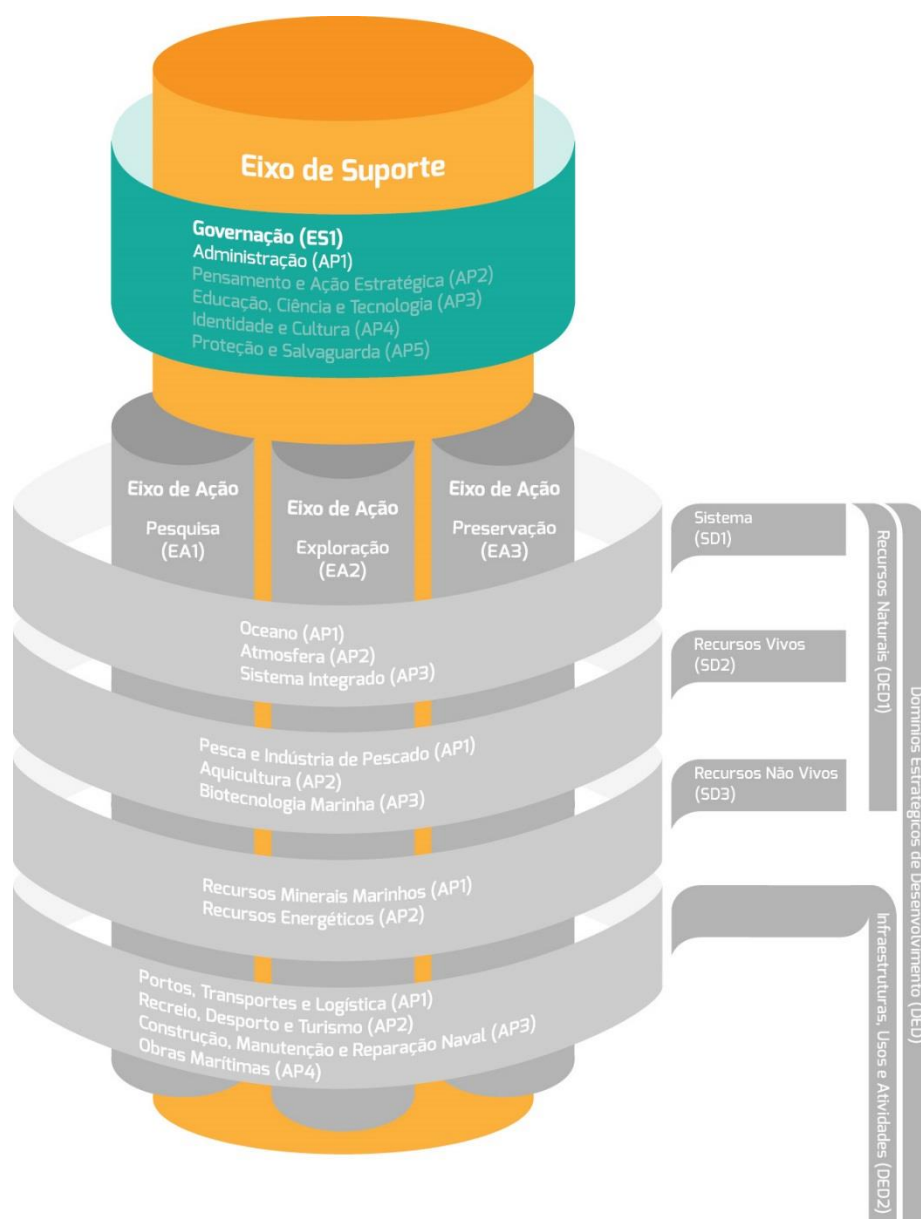
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)

Objetivos

- Garantir uma visão integrada das atividades ligadas ao mar na preparação dos programas operacionais relativos aos fundos da coesão para 2014-2020
- Contribuir para o melhor aproveitamento dos fundos europeus em projetos da área da economia do mar, numa lógica multifundos (FC, FEDER, FSE),
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação.

Desenvolvimento: O FEEI é um instrumento financeiro da UE, que vigorará entre 2014 e 2020. A parcela de financiamento atribuída a Portugal e a definição das áreas prioritárias de investimento estão em negociação com a CE e serão objeto de um Acordo de Parceria (AP). Diversas áreas da economia do mar, incorporadas no PMP, serão contempladas no AP importando garantir que os Programas Operacionais têm em consideração as especificidades do mar e que os potenciais promotores têm acesso a informação trabalhada e sistematizada para o mar. As prioridades devem ser identificadas considerando as especificidades das regiões e a complementaridade e potenciação de recursos endógenos não perdendo de vista o enquadramento da ENM 2013-2020.

Entidade Coordenadora

Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional (SEAEDR) /a confirmar

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional (SEAEDR) – Coordenação

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Economia (ME)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Comunidades Intermunicipais (CIMS)
- Observatório do QREN

Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia (MAOTE)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – apoia a coordenação
- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Apoio Técnico do PROMAR;

Presidência de Conselho de Ministros

- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades:

- Entidades gestoras dos futuros Programas Operacionais Regionais e Temáticos

Tarefas

1. Cruzamento das áreas do PMP com as áreas a apoiar e com a disponibilidade de financiamento comunitário nos diversos POs (POs Temáticos, POs Regionais e Po Assistência Técnica)
2. Elaboração de contributos para “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” no que respeita ao FEEI, a disponibilizar online e a atualizar sempre que se justifique.

Resultados Esperados

Apoiar a promoção de projetos que contribuam para os efeitos da Estratégia Nacional para o Mar através de todos os fundos comunitários previstos para o período 2014-2020

Calendarização

2014-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos europeus, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

FEEI

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103010

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

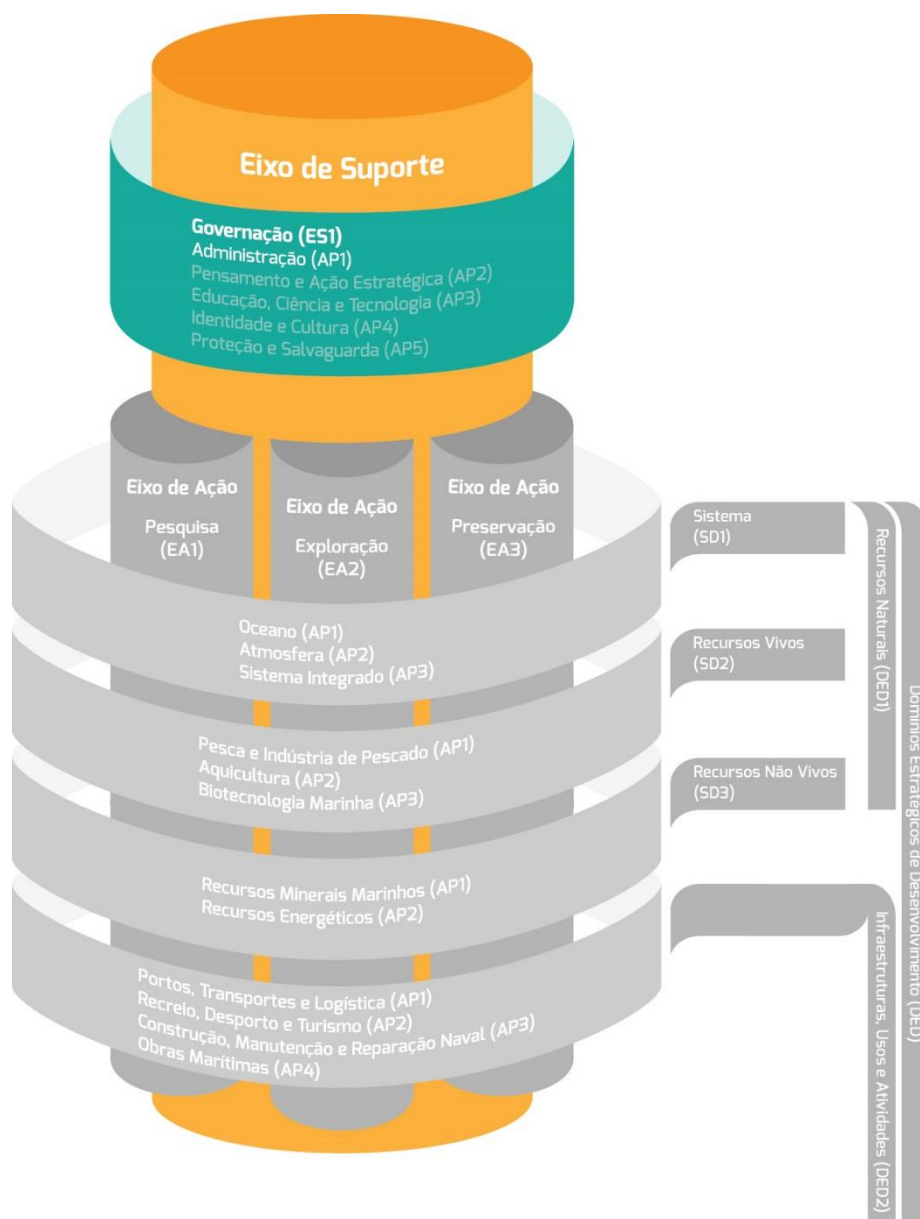
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Cooperação Territorial / Bacia do Atlântico



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Cooperação Territorial / Bacia do Atlântico

Objetivos

- Potenciar um papel de relevo para Portugal na aplicação dos fundos para a cooperação territorial
- Contribuir para a Estratégia Europeia para a Área do Atlântico e respetivo Plano de Ação e articulação com a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e respetivo Plano Mar-Portugal (PMP)
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação.

Desenvolvimento: O FEEI é um instrumento financeiro da UE, que vigorará entre 2014 e 2020. Os fundos destinados à cooperação territorial de que Portugal poderá beneficiar dependerão fundamental da capacidade de organização interna para estabelecer e/ou integrar parcerias e redes de cooperação, cuja ação deverá estar alinhado com os efeitos estabelecidos na ENM 2013-2020.

Entidade Coordenadora

Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional – IFDR (PCM)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Economia (ME)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

- Comunidades Intermunicipais (CIMS)

- Observatório do QREN

Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia (MAOTE)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – apoia a coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional – (IFDR) – Coordenação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Cruzamento das áreas do PMP, com o plano de ação da Estratégia da EU para a Área do Atlântico e com as prioridades de investimento acordadas em matéria de cooperação territorial
2. Elaboração de contributos para “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” no que respeita ao FEEI – cooperação territorial, a disponibilizar online e a atualizar sempre que se justifique.

Resultados Esperados

Apoiar a execução de projetos que visem alcançar a Política Marítima Integrada (PMI), o Plano de Ação da Estratégia Europeia para a Área do Atlântico e o Plano Mar-Portugal, no que se refira a projetos de cooperação territorial

Calendarização

2014-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos europeus, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

FEEI

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103011

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

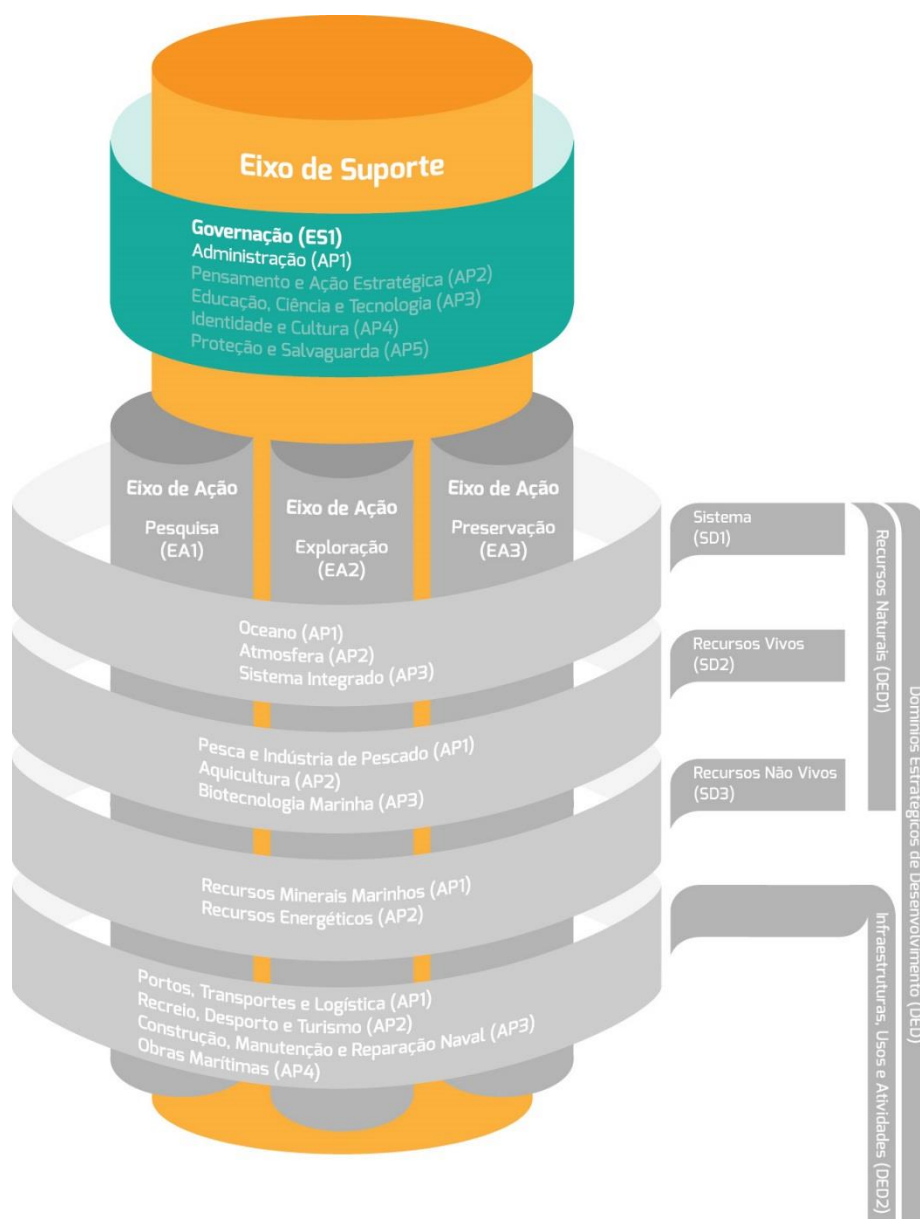
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Horizonte 2020



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Horizonte 2020

Objetivos

- Potenciar a investigação e a inovação nas atividades ligadas ao mar através do Horizonte 2020 (i.e. Pacote do Crescimento Azul)
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação.

Desenvolvimento: O Horizonte 2020 é um instrumento financeiro da UE para a I&DT&I, que vigorará entre 2014 e 2020 e que vem substituir o 7º Programa Quadro de I&D. É sobretudo relevante alinhar a ENM 2013-2020 com os desafios societários no Horizonte 2020. Este instrumento contempla um conjunto de medidas que integram o chamado “pacote do Crescimento Azul”.

Entidade Coordenadora

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) - MEC

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Economia (ME)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

- Observatório do QREN

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) – Coordenação

Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia (MAOTE)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – apoia a coordenação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Cruzamento das áreas do PMP, com o Horizonte 2020
2. Elaboração de contributos para “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” no que respeita ao Horizonte 2020, a disponibilizar online e a atualizar sempre que se justifique.

Resultados Esperados

Apoiar a execução de projetos que contribuam para a investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico no mar, e em particular que contribuam para fomentar a economia do mar.

Calendarização

2014-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos europeus, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

Horizonte 2020

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103012

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

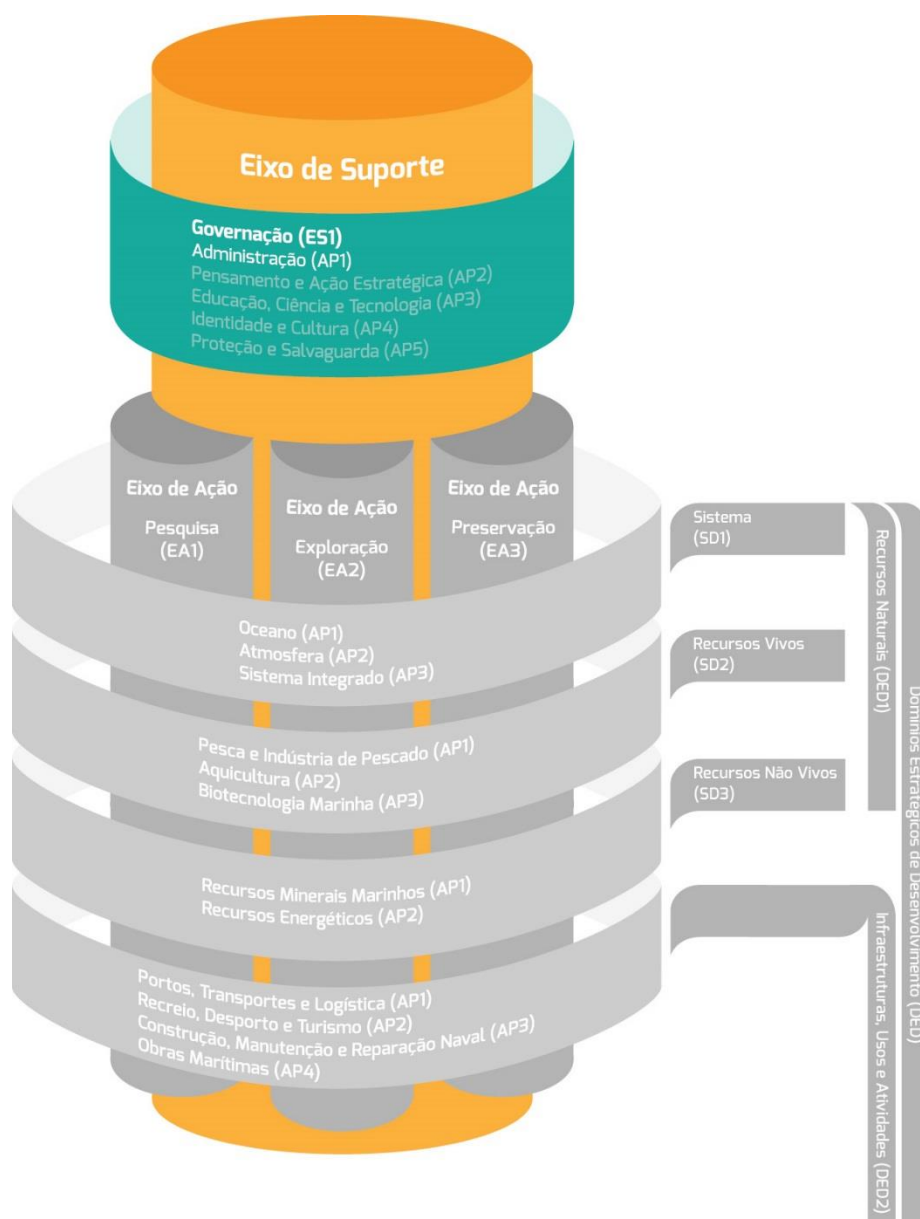
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Financiamento Privado



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Financiamento Privado

Objetivos

- Mobilizar o interesse das instituições de financiamento privado para a economia do mar
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação.

Desenvolvimento: A identificação dos instrumentos financeiros aplicáveis à economia do mar, as linhas de crédito com condições dirigidas à economia do mar bem como as opções em matéria de capital de risco são fundamentais à economia do mar e, também, à garantia da componente nacional relativamente ao financiamento comunitário. Relevante igualmente será avaliar o enquadramento em matéria de Banco Europeu de Investimento, ou outras opções de financiamento.

Entidade Coordenadora

A DGPM articulará com as instituições financeiras potencialmente interessadas para defenir a coordenação deste projeto

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Economia (ME)
- Observatório do QREN

Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia (MAOTE)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – apoia a coordenação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades:

Instituições financeiras a identificar

OCEANO XXI

Fórum Empresarial da Economia do Mar

Outras associações representativas de sectores da economia do mar a identificar

Tarefas

1. Identificação das instituições a integrar
2. Análise da situação atual em matéria de soluções de financiamento privado
3. Proposta de soluções a equacionar
4. Elaboração de relatório com os resultados das tarefas 2. e 3.
5. Elaboração de contributos para “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” no que respeita ao Horizonte 2020, a disponibilizar online e a atualizar sempre que se justifique.

Resultados Esperados

Promover o financiamento privado na economia do mar

Calendarização

2014-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Orçamento da instituições envolvidas para a elaboração das tarefas do projeto

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1104

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s):

#3 – Sistema nacional de dados do mar e da atmosfera coerente, persistente e eficiente que integra o conjunto dos instrumentos de especialização.

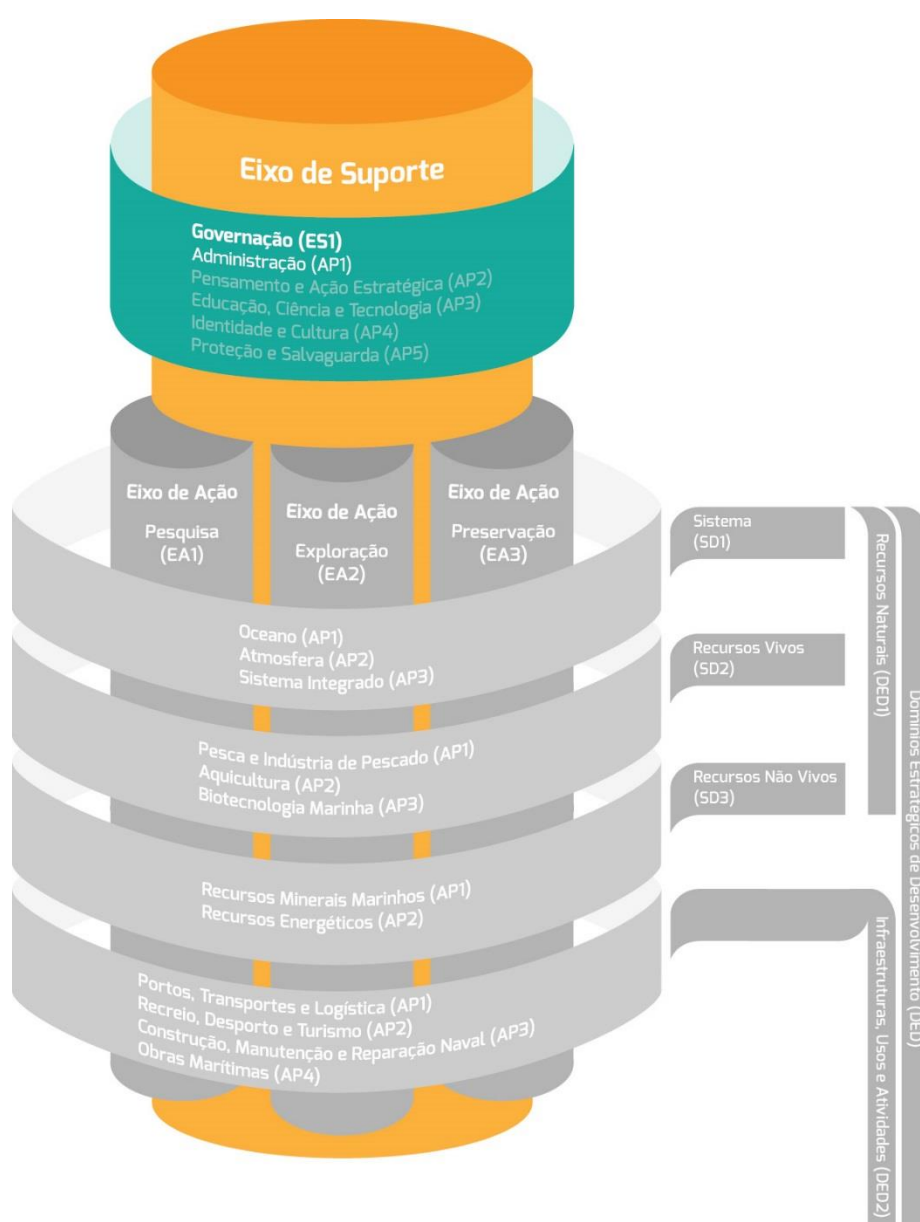
GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Dados e Informação

Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera

Sistema Nacional de Dados do Mar e da Atmosfera



Programa de Ação

Dados e Informação

P1104014 – Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera
P1104060 - Sistema Nacional de Dados do Mar e da Atmosfera

Objetivos

- Assegurar o desenvolvimento de uma cobertura legal para uma plataforma comum de dados entre todos os participantes na área temática do mar, permitindo o acesso a dados da monitorização do ambiente marinho, da vigilância e monitorização marítima, e da atmosfera, que simultaneamente salvaguarde as especificidades de cada instrumento de gestão.
- Definir o modo de gestão pró-ativa da informação existente relativa ao ambiente marinho (Política Integrada da Informação do Ambiente Marinho (PIIAM), permitindo a otimização de recursos e o aumento da eficácia nesta função do Estado.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) em articulação com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direção-Geral do Território (DGT)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) (Coordenação - 1)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) (Coordenação – 2)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- Comité Português para a Comissão Oceanográfica Intersectorial
- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Cumprir o disposto na Directiva EU INSPIRE e DL180/2009;
- Integração de um maior número possível de instituições que produzem e utilizam dados da monitorização do ambiente marinho, da vigilância e monitorização marítima, e da atmosfera;
- Garantir e salvaguardar a propriedade dos dados às instituições detentoras dos mesmos.

Calendarização

2013-2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – suportado pelo orçamento das instituições envolvidas

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-14

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1104-P1104014

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #3

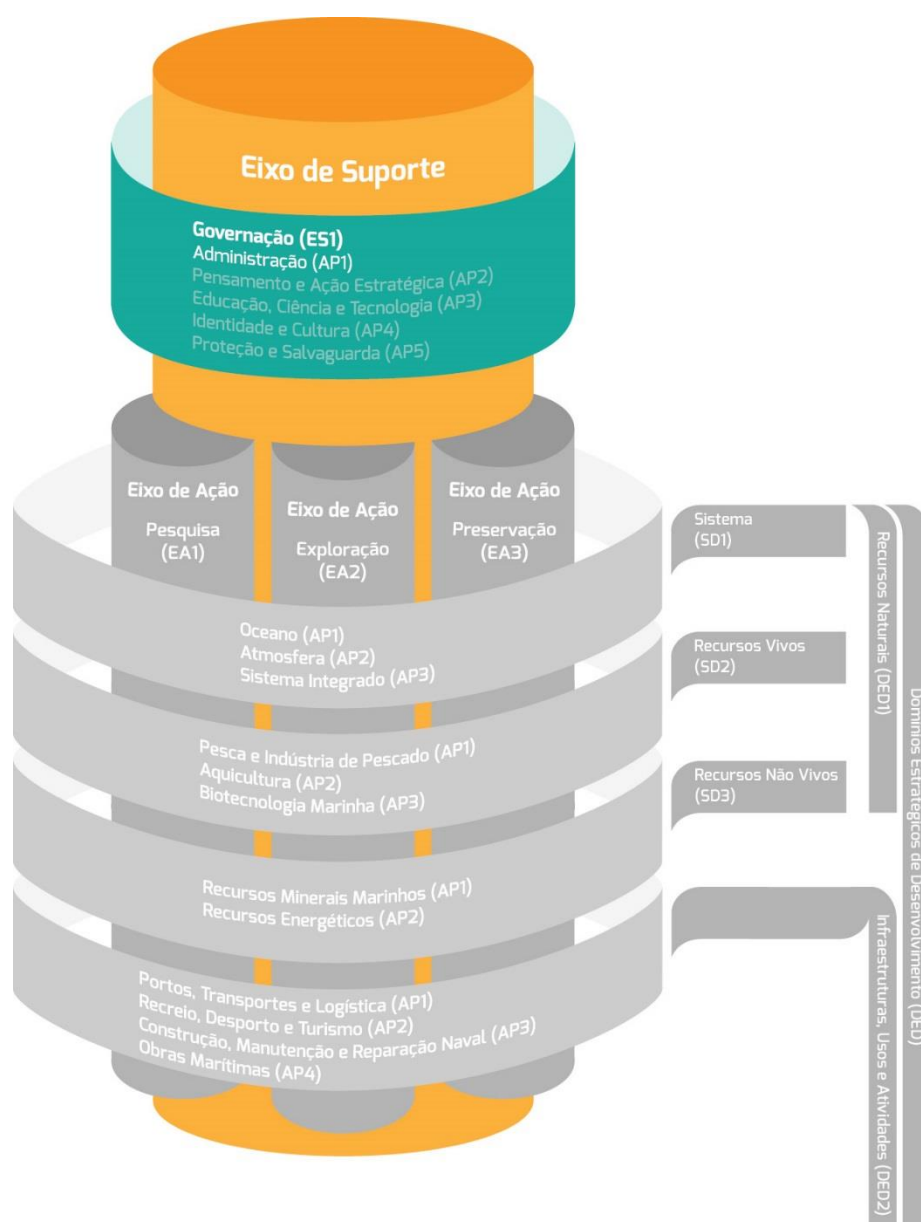
PA – Dados e Informação

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Dados e Informação

Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera

Objetivos

- Assegurar o desenvolvimento de uma cobertura legal à plataforma comum entre todos os participantes na área temática do mar e da atmosfera, nomeadamente no estabelecimento de compromissos de partilha da informação espacial relativa a cada um dos participantes. Esse compromisso deverá ser orientado com uma base política comum às instituições, tendo como objetivo definir o modo de gestão pró-ativa da informação existente relativa ao ambiente marinho.

Desenvolvimento: Portugal, como membro da União Europeia, está sujeito às diversas diretivas criadas no seio da União, nomeadamente, no caso da gestão da informação geoespacial, da Diretiva INSPIRE. Esta diretiva, com uma fita de tempo perfeitamente definida, foi transcrita para a ordem jurídica nacional através do DL 180/2009. Este projeto visa reforçar a implementação desta diretiva comunitária, e sua respetiva transcrição como Decreto-lei, para a área temática do mar suportando a implementação do Sistema Nacional de Informação do Mar (SNIMar).

- Promover um Sistema Nacional de Dados do Mar e Atmosfera coerente, persistente e eficiente.

Desenvolvimento: O sistema deve integrar o conjunto dos instrumentos de especialização, oferecendo o acesso à informação de dados da monitorização do ambiente marinho, da vigilância e monitorização marítima, e da atmosfera, que simultaneamente salvaguarde as especificidades de cada instrumento de gestão, sendo suportada numa única ferramenta informática que potencie a cooperação através da partilha de informação, a otimização de recursos e o aumento da eficácia nesta função do Estado.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) em articulação com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral do Território (DGT)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) (Coordenação)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Definir as políticas de partilha de dados relativa aos participantes no projeto SNIMar;
2. Definir os custos de manutenção após a implementação do projeto SNIMar, garantindo o seu bom funcionamento após a entrada em fase de produção;
3. Maximizar o número de instituições a participar na iniciativa SNIMar.

Resultados Esperados

- Cumprir o disposto na Diretiva EU INSPIRE e DL180/2009;
- Garantir e salvaguardar a propriedade dos dados às instituições detentoras dos mesmos;
- Grande adesão das instituições relacionadas com o ambiente marinho à iniciativa SNIMar a coberto da Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera (PNDIMA).

Calendarização

2013:

Esboço da PNDIMA com a participação aberta aos participantes do SNIMar

2013-2015:

Acompanhamento das instituições na integração da PNDIMA;
Divulgação e captação de novas instituições para a iniciativa SNIMar;
Celebração de acordos entre as instituições participantes.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 153.633,00€ (Orçamento da EMEPC incluído no Projeto de Extensão da Plataforma Continental)

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014 (WP1 – *Predefined project* PA2) - 400.000,00€

Custo Total: 553.633,00€

Custo total previsto ao longo do biénio 2014-2015:

- 2014: 276.816,50€
- 2015: 276.816,50€

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1104-P1104060

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Administração

Efeito(s) - #3

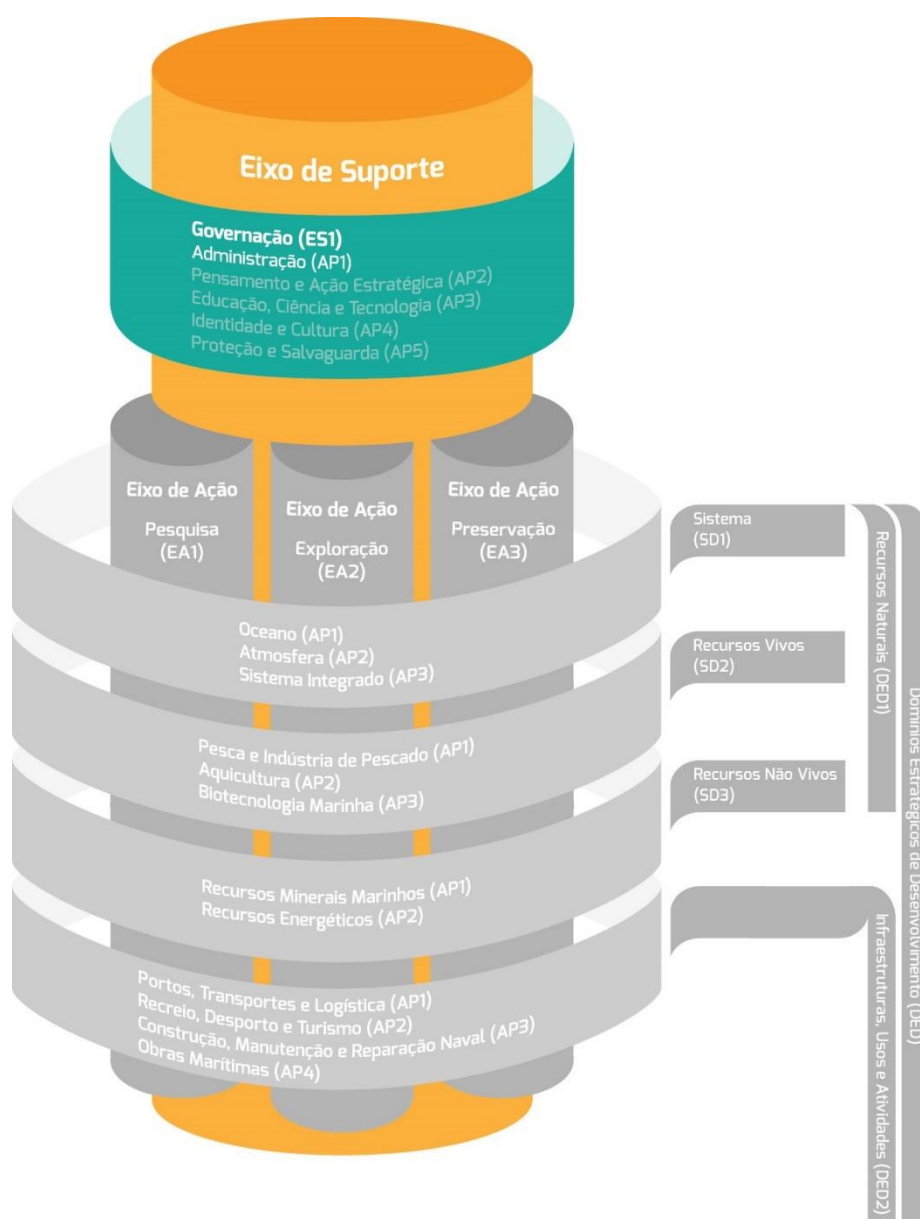
PA – Dados e Informação

ES1 - GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Dados e Informação

Sistema Nacional de Dados do Mar e Atmosfera



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Sistema Nacional de Dados do Mar e Atmosfera - SNIMar

Objetivos

- Rever todas as categorias de dados estatísticos recolhidos, avaliar as entidades melhor colocadas para assegurar a sua recolha, validação, e armazenamento, em função das regras estatísticas nacionais e comunitárias.
- Esclarecer as entidades/fontes de dados/modelos de submissão à administração, e correspondentes instrumentos e sistemas de armazenamento e acesso, em função das diversas responsabilidades, competências e necessidades, presentes aos mais diversos níveis do sector público e privado.
- Definir os conceitos, pressupostos e modelo organizativo correspondente ao SNIMar.
- Promover um modelo de governação comum a toda a administração, quanto à sua disponibilização e usos.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral do Território (DGT)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) (Coordenação)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Maralgarve
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Identificar e esclarecer as competências e responsabilidades operacionais por parte de todas as entidades produtoras e responsáveis pelo armazenamento de dados, bem como os elementos-informação resultantes do seu tratamento e manipulação.
2. Definir o modelo de trabalho correspondente à existência do SNIMar.
3. Conceber o correspondente sistema de recolha, partilha, tratamento, manipulação, distribuição e facilitação de acessos.
4. Definir o modelo de governação associado à sua existência, esclarecendo os papéis, competências, responsabilidades e direitos de acesso, por parte de todas as diversas entidades públicas associadas.
5. Assegurar a adesão de todas as principais entidades públicas envolvidas, até ao final do 1º semestre de 2014.

Resultados Esperados

- Construir um único sistema integrado de dados, regulando a sua disponibilização e acessos, quer por parte da administração pública, como por parte da comunidade científica e empresas.
- Assegurar um modelo de contratualização correspondente ao modelo de governação associado, que garanta o cumprimento das tarefas e responsabilidades individuais, de forma atempada e segura, a bem da coerência do conjunto do SNIM.

Calendarização

2013-2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - suportado pelo orçamento das instituições envolvidas

Financiamento Comunitário:

Fundos Operacionais do Mar, e Programas Operacionais Regionais

Haverá que assegurar o acesso e prioridade a atribuir nas candidaturas promovidas pelas entidades públicas envolvidas, tanto no desenvolvimento das aplicações de suporte, como na necessária aquisição de equipamentos e prestações de serviços.

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1105

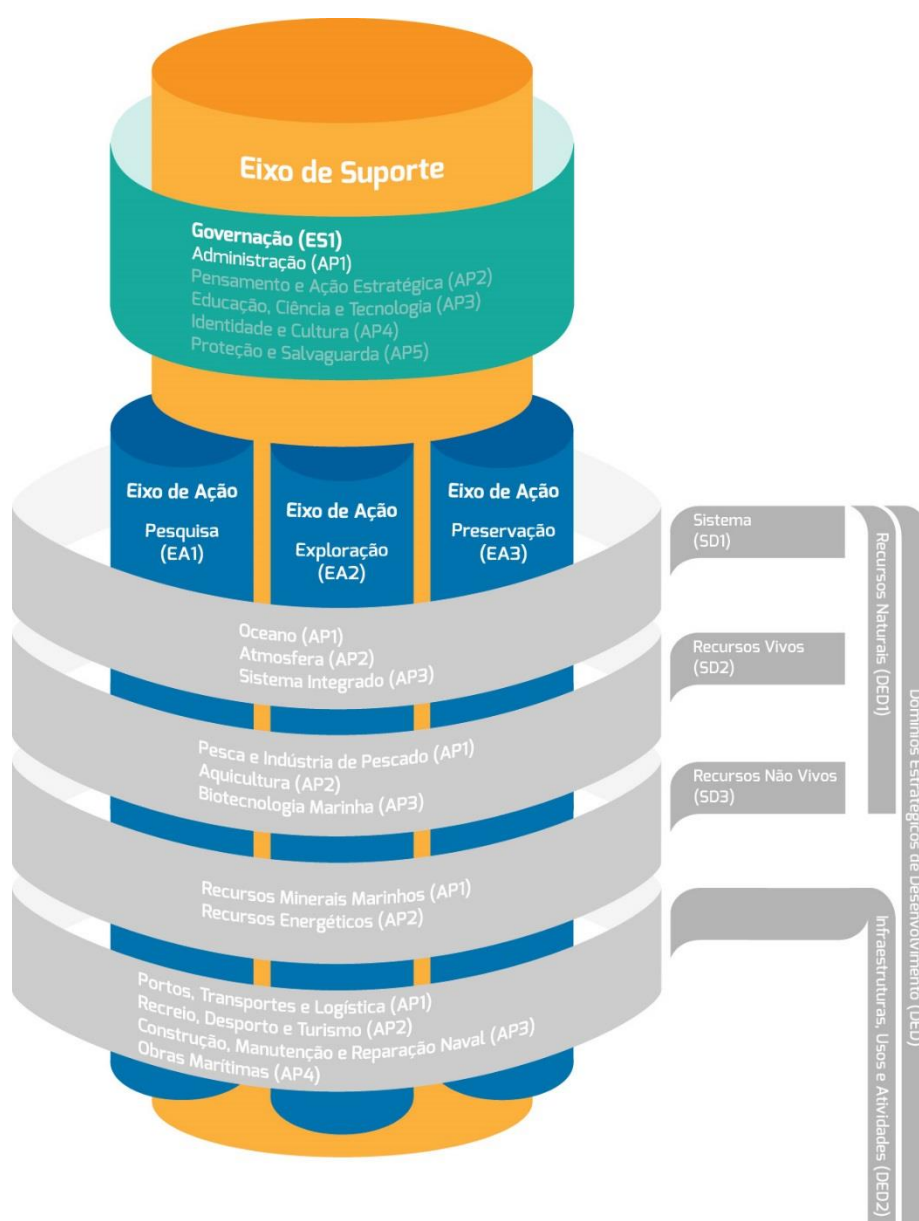
Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s)

#2 - Ordenamento do espaço marítimo como base para a gestão estratégica e promotora dos usos e actividades
#3 - Sistema nacional de dados do mar coerente, persistente e eficiente que integra o conjunto dos instrumentos de espacialização.

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Nacional
	Transfronteiriço
	Plataforma Eletrónica de Suporte



Programa de Ação

Ordenamento do Espaço Marítimo

P1105015 - Nacional

P1105016 - Transfronteiriço

P1105017 - Plataforma Eletrónica de Suporte

Objetivos

- Assegurar a definição e a implementação de um quadro para a política do ordenamento do espaço marítimo, bem como do sistema de ordenamento que a concretiza, (lei bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo) fundamentais para enquadrar o desenvolvimento da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade dos usos e a integridade dos sistemas.

Desenvolvimento: O ordenamento do espaço marítimo (OEM) constitui uma área específica de ação no âmbito da Política Marítima Integrada (PMI), sendo apontado como um instrumento que promove a clareza do regime a aplicar e a transparência do processo decisório da Administração, fundamental para dinamizar a Economia do Mar e promover o crescimento económico e a redução dos custos suportados pelos operadores e investidores nos sectores marítimos. É, igualmente, fundamental para criar um quadro eficaz de arbitragem entre atividades concorrentes para um mesmo espaço, contribuindo para um melhor e maior aproveitamento económico do meio marinho, permitindo a coordenação das ações das autoridades públicas e da iniciativa privada, e conduzindo à minimização dos impactos das atividades humanas no meio marinho. É ainda uma importante referência para situar, em dado momento, as potencialidades de investimento, na medida que faz a espacialização dos usos atuais e futuros para o espaço marítimo. A cooperação transfronteiriça e a complementaridade e subsidiariedade com zona costeira adjacente deverá ser equacionada numa perspetiva nacional e contribuir para o trabalho que nesse contexto tem vindo a ser desenvolvido na Comissão Europeia na sede do grupo da Política Marítima Integrada (PMI), permitindo reafirmar a posição portuguesa.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

- Turismo de Portugal (TP)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

- Instituto de Investigação do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)
- Oceano XXI
- Organizações Não Governamentais
- Universidade de Aveiro
- Universidade do Algarve
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Assegurar o aproveitamento racional e eficiente dos recursos marinhos, humanos e financeiros e informação disponíveis, relativos ao espaço marítimo;
- Optimizar a utilização do espaço marítimo para o desenvolvimento de atividades, garantindo a preservação e a recuperação dos valores naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos;
- Assegurar a participação das autoridades nacionais e dos interessados nas políticas marítimas sectoriais nos procedimentos de ordenamento do espaço marítimo;
- Prevenir e minimizar os conflitos entre utilizações e atividades desenvolvidas no espaço marítimo;
- Promover a segurança jurídica e transparência nos procedimentos de concessão e de licenciamento de atividades no espaço marítimo;
- Estabelecer boas práticas para a cooperação transfronteiriça, tendo em consideração os efeitos comuns na utilização das águas marinhas de países terceiros na mesma região ou sub-regiões marinhas;
- Estabelecer mecanismos de articulação com a zona costeira.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE (orçamento DGPM)

Financiamento Comunitário:
DG-MARE (IMP-2012-2013), FEAMP

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1105-P1105015

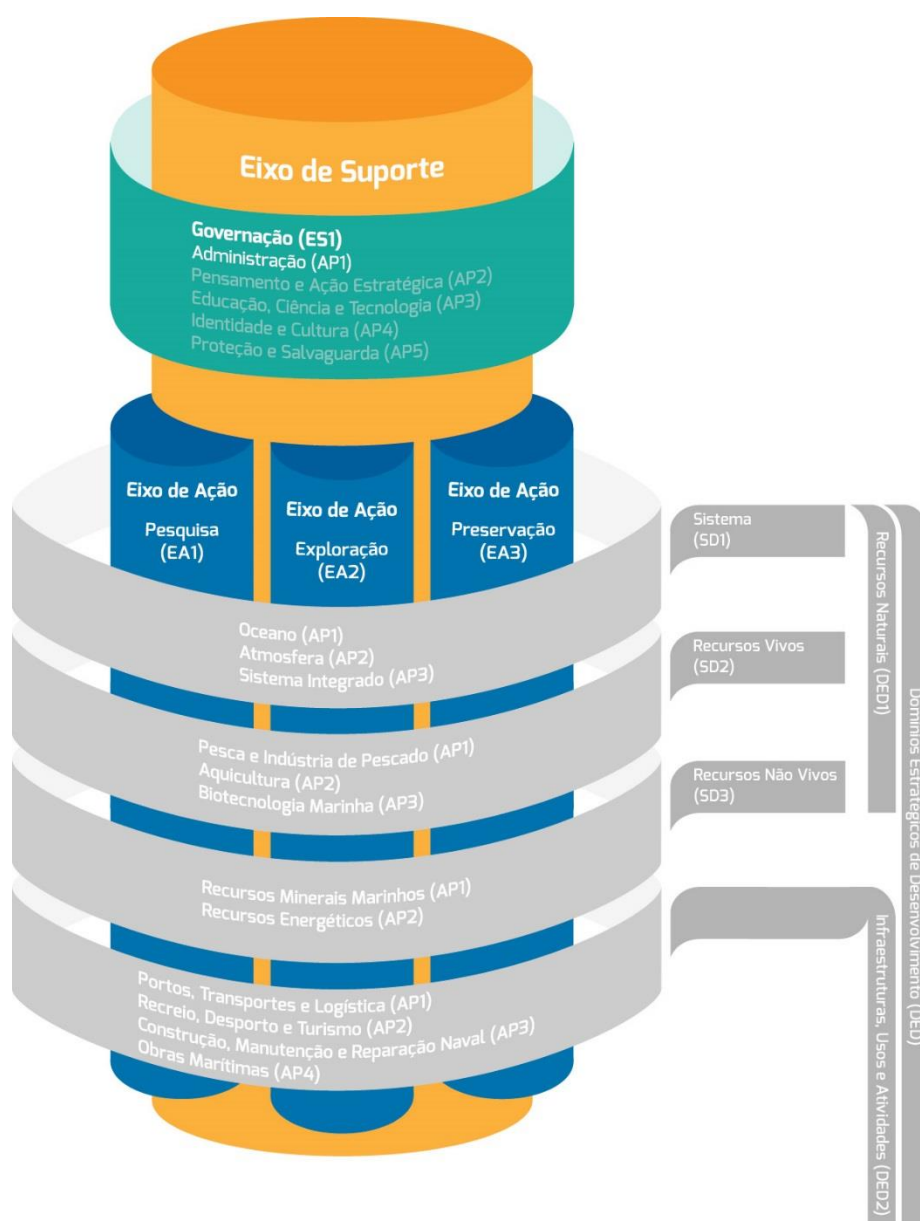
Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #2, #3

PA – Ordenamento do Espaço Marítimo

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Nacional



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Nacional

Objetivos

- Estabelecer o quadro da política do ordenamento do espaço marítimo, bem como do sistema de ordenamento que a concretiza, composto por planos de situação e de afetação de áreas ou volumes do espaço marítimo.
- Criar um regime jurídico aplicável à utilização do domínio público no espaço marítimo, que regule a concessão, o licenciamento e a autorização de utilizações nas zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional.

Desenvolvimento: O ordenamento do espaço marítimo promove a segurança jurídica, a previsibilidade e a transparência fundamentais para dinamizar a Economia do Mar e promover o crescimento azul. É fundamental para criar um quadro eficaz de arbitragem entre atividades concorrentes para um mesmo espaço, contribuindo para um melhor e maior aproveitamento do meio marinho, permitindo a coordenação das ações das autoridades públicas e da iniciativa privada, num contexto de um desenvolvimento sustentável. É um instrumento que permite identificar os usos atuais e potenciais e ajudar a referenciar, em dado momento, as potencialidades de investimento e reflete as especificidades inerentes à natureza tridimensional do mar e o facto de a mesma área marítima poder acolher diversos usos e atividades, desde que sejam compatíveis entre si.

Entidades Coordenadoras

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

- Turismo de Portugal (TP)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

- Instituto de Investigação do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)

- Oceano XXI

- Organizações Não Governamentais

Tarefas

1. Desenvolver o regime jurídico aplicável à elaboração, conteúdo, acompanhamento, concertação participação e vigência dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo;
2. Desenvolver o regime aplicável à alteração, revisão e suspensão dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo;
3. Desenvolver os instrumentos de acompanhamento permanente e de avaliação técnica do ordenamento do espaço marítimo;
4. Assegurar a elaboração, acompanhamento, monitorização e atualização dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo

Resultados Esperados

- Novo quadro para a política do ordenamento do espaço marítimo, bem como do sistema de ordenamento que a concretiza;
- Planos de Situação e Planos de Afetação;
- Assegurar o aproveitamento racional e eficiente dos recursos marinhos, humanos e financeiros e informação disponíveis, relativos ao espaço marítimo;
- Utilização do espaço marítimo para o desenvolvimento de atividades, garantindo a preservação e a recuperação dos valores naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos.

Calendarização

2013:

Aprovação da Lei de Base da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo.

Aprovação da legislação complementar (tarefas 1, 2 e 3)

2013-2020:

Elaboração, acompanhamento, monitorização e atualização dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1105-P1105016

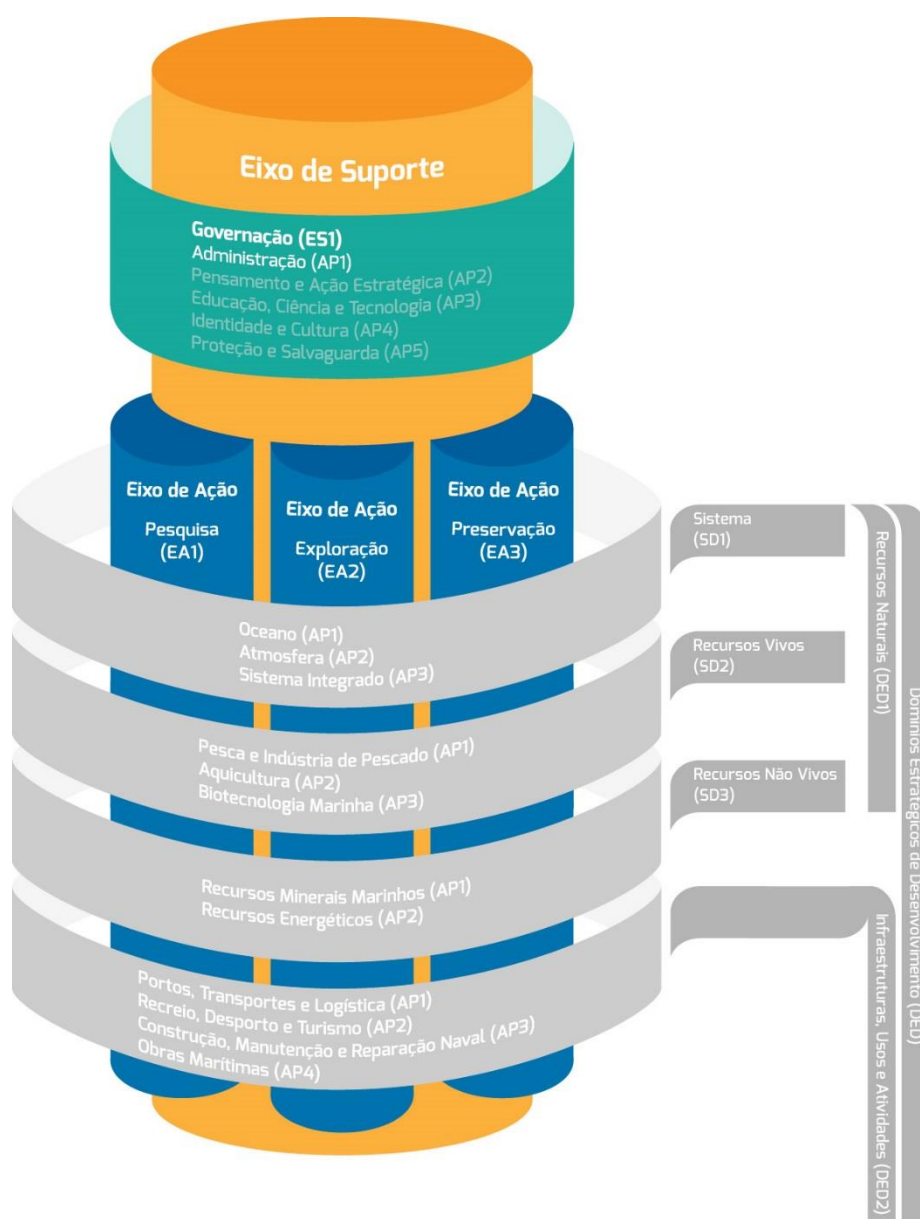
Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #2, #3

PA – Ordenamento do Espaço Marítimo

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Transfronteiriço



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Transfronteiriço

Objetivos

- Promover a articulação eficaz nos espaços transfronteiriços no exercício de ordenamento do espaço marítimo, tendo em conta a complementaridade do espaço terrestre com o espaço marítimo e a inexistência de fronteiras físicas neste último, particularidade que aconselha a que sejam estabelecidos princípios comuns de gestão entre Estados vizinhos;
- Assegurar o desenvolvimento do projeto *Transboundary Planning in the European Atlantic*, que é a concretização de uma proposta apresentada pelos cinco Estados Membros da fachada Atlântica (Reino Unido, Irlanda, França, Espanha e Portugal) e que foi a vencedora do concurso lançado pela Comissão Europeia através da DG-MARE (Ref MARE/2012/08) para o desenvolvimento de um *Project on Maritime Spatial Planning in the Atlantic, including Celtic Sea and Bay of Biscay*.

Desenvolvimento: Neste âmbito, será desenvolvido um projeto que, tendo em consideração as componentes legais, administrativas, técnicas e sociais, permita estabelecer recomendações para o ordenamento do espaço marítimo nas áreas transfronteiriças. Pretende-se com este projeto alcançar os seguintes objetivos:

- Aplicar os princípios do *Road Map* para o Ordenamento do Espaço Marítimo ao ordenamento das áreas transfronteiriças;
- Desenvolver um exercício que permita estabelecer bases para a promoção da atividade económica;
- Promover o envolvimento dos diferentes níveis da Administração e dos *stakeholders*;
- Responder às diferentes necessidades dos Estados Membros e promover o seu envolvimento para a abordagem das questões transfronteiriças no espaço marítimo;
- Elaborar recomendações e retirar conclusões para futuros desenvolvimentos a nível da Comissão Europeia no que respeita ao ordenamento do espaço marítimo em áreas transfronteiriças e à articulação com a gestão integrada da zona costeira e a sua possível integração e complementaridade.

Entidades Coordenadoras

Portugal - Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM
Reino Unido – Universidade de Liverpool
Espanha – Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (MAGRAMA)
Irlanda – University College Cork, (UCC)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Outras Entidades

- University of Liverpool (UL)
- Department of the Environment Northern Ireland (DOE)
- Universidade de Aveiro (UAVR)
- Universidade do Algarve (UAlg)
- Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (MAGRAMA)
- Instituto Español de Oceanografía (IEO)
- Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas (CEDEX)
- Universidad de Sevilla (US)
- University College Cork, National University of Ireland, CORK (UCC)

Tarefas

1. Estabelecer uma metodologia de referência para o exercício de ordenamento do espaço marítimo nas áreas transfronteiriças (no domínio jurídico, no domínio espacial, no âmbito do sistema de referência geográfica e *stakeholders*);
2. Avaliação do exercício;
3. Produção de Relatórios (intermédios e final);
4. Comunicação e divulgação do Projeto.

Resultados Esperados

- Relatórios com os resultados de cada fase do projeto;
- Envolvimento dos *stakeholders* no processo;
- Apresentação do projeto e das conclusões e recomendações em conferências e *fora* internacionais que evidenciem as questões transfronteiriças no âmbito do OEM e a necessidade de partilha de informação entre Estados vizinhos;
- Produção de artigos.

Calendarização

2013:

Reunião de arranque do projeto

2013-2014:

Gestão do projecto

março e junho de 2013 e março de 2014:

Reuniões do *Steering Group*

fevereiro, março, maio e novembro de 2013:

Relatórios intermédios

janeiro e junho de 2013 e janeiro de 2014:

Workshop envolvendo a participação dos *stakeholders*

maio de 2014:

Conferência final e Relatório Final

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – 26.591,00€ (PIDDAC – DGPM)

Financiamento Comunitário:

DG-MARE (IMP 2012-2013) – 1.000.000.00€ (distribuído proporcionalmente pelo esforço dos parceiros)

Nota: O orçamento da DG-MARE para o financiamento do projeto é de 1.000,000,00€ sendo da responsabilidade de cada parte envolvida a participação em 20% do valor global.

Da parte da DGPM o orçamento global é de 132.953€, dos quais 26.591€ são provenientes do Orçamento do Estado e o restante resultado do empenhamento de recursos humanos.

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1105-P1105017

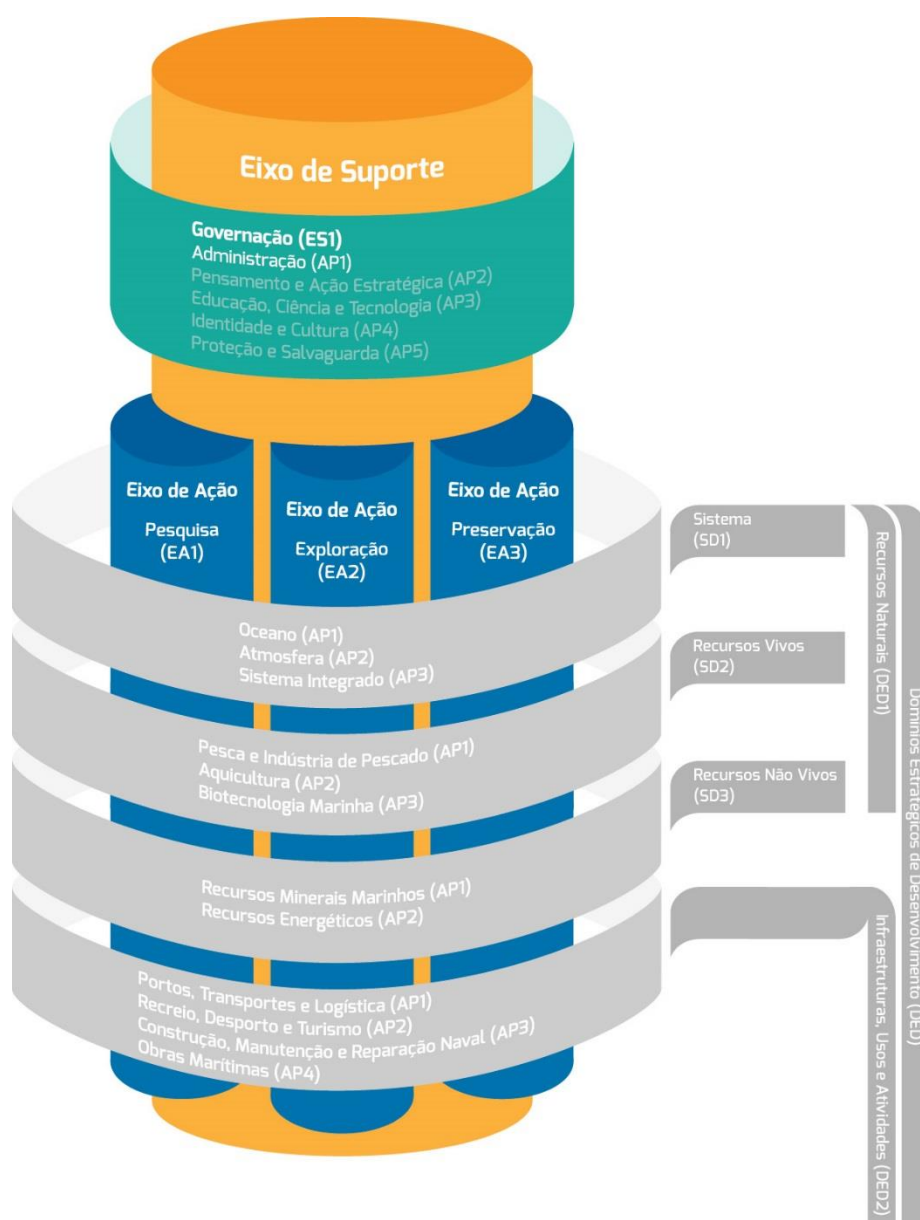
Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #2, #3

PA – Ordenamento do Espaço Marítimo

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Plataforma Eletrónica de Suporte



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Plataforma Eletrónica de Suporte (às atividades económicas marítimas)

Objetivos

- Desenvolver uma plataforma *online* que permita agilizar o processo de interface entre a entidade gestora no espaço marítimo e os potenciais investidores. A plataforma deverá ser desenvolvida dentro da filosofia do Balcão Único do Mar permitindo que os investidores interajam num único portal cujo formato de interatividade seja transversalmente comum.

Desenvolvimento: Neste âmbito, será desenvolvido um projeto que, tendo em consideração as componentes administrativas e legais, permita estabelecer um ponto de contato inicial entre os investidores para a atividade económica no mar e a administração do uso do espaço marítimo. Pretende-se com este projeto alcançar os seguintes objetivos:

- Agilizar a relação entre os potenciais investidores e a administração central;
- Identificar e divulgar as áreas de potencial económico no mar;
- Divulgar as atividades marítimas que se desenvolvem ou se venha a desenvolver no espaço marítimo para pré-avaliação do potencial económico;
- Avaliação por parte dos investidores do nível de pré-concessão das áreas a licitar;
- Identificar os potenciais interessados/investidores que interajam com a plataforma.

Entidades Coordenadoras

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Desenvolver uma Infraestrutura de Dados Espaciais dedicada que contemple o produto espacial do Ordenamento de Espaço Marítimo;
2. Desenvolver as ferramentas necessárias para proceder, de forma automática, à resposta dos potenciais investidores;
3. Avaliar as condições dos investidores e ordenar segundo os critérios de licitação previamente estabelecidos.
4. Desenvolver mecanismo de divulgação do resultado, semelhante à “abertura de carta” em concurso.

Resultados Esperados

- Maior interação entre os investidores e a administração central;
- Maior facilidade de acesso, quer a nível nacional quer internacional, ao processo de licitação de áreas a consignar;
- Maior celeridade no desfecho do processo;
- Maior transparência do processo.

Calendarização

2013 - 2015

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE